

Uma concentração de tempos – apreendendo a paisagem cultural do Rio Paraíba Açucareiro

Juliano Loureiro de Carvalho – Iphan-SE

Resumo

Relata-se e reflete-se sobre uma experiência de identificação, inventário, estudo e proposição de paisagem cultural – a várzea açucareira do rio Paraíba (PB). Exploram-se quatro eixos de valor nesta paisagem: a sutileza da interação entre meio físico e espaço construído; a inter-relação entre as diversas escalas na construção da paisagem; as sobreposições e permanências de diferentes tempos, materializados em espaços fortemente significativos, mesmo em situações de degradação; a diversidade e peculiaridade das soluções locais em relação ao contexto brasileiro. A partir da identificação desses valores, julga-se a paisagem cultural da várzea do rio Paraíba como relevante patrimônio material e imaterial, de escala territorial, o que justificaria seu reconhecimento. A partir do estudo, retomam-se algumas questões metodológicas que nele tiveram proeminência: os processos reiterados em diferentes escalas; os processos de longa duração; as implicações do quadro natural sobre os outros processos. Além disso, colocam-se as dificuldades e complexidades da preservação desse objeto, dados seu estado de conservação precário, as fortes pressões existentes, a pouca força das políticas públicas, o desconhecimento da população, e a existência de um instrumento específico para tal – a chancela, criada em 2009.

Palavras-chave

Paisagem cultural; rio Paraíba; engenho; arquitetura do açúcar; patrimônio agroindustrial.

1. Introdução.

Pressupostos

O presente trabalho expõe uma proposta de identificação e valoração da paisagem cultural aqui denominada Rio Paraíba Açucareiro, localizada no estado da Paraíba. A reflexão empreendida, vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹, é um estudo preliminar, que necessariamente carece de aprofundamento, complementação e revisão, antes de uma eventual e hipotética chancela por parte do Instituto.

O rio Paraíba² tem extensão total de cerca de 380km, com nascentes na região semi-árida conhecida como Cariri Paraibano, nas proximidades da fronteira com Pernambuco. A área aqui denominada Rio Paraíba Açucareiro corresponde ao seu baixo curso: os últimos 75km antes da foz.



Fig. 01. Paraíba no Brasil (CARVALHO, 2005).



Fig. 02. Área de estudo na Paraíba (IPHAN-PB, 2009a)

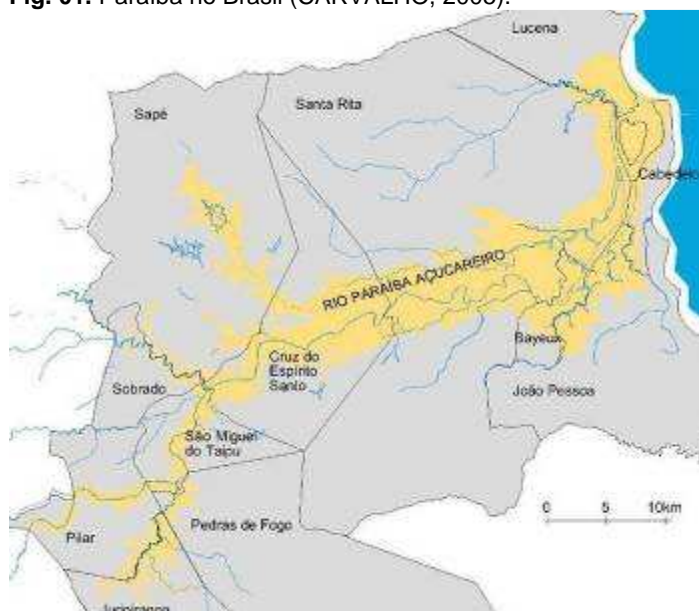


Fig. 03. Área de estudo inicial, marcada em amarelo sobre os municípios componentes (IPHAN-PB, 2009a).

¹ O presente texto resulta de pesquisa até o momento inédita, realizada entre 2008 e 2009, contratada pela Superintendência do Iphan na Paraíba (IPHAN-PB, 2009a).

² Nos primeiros séculos da colonização, como também hoje, o rio em questão era identificado apenas como rio Paraíba. A expressão "Paraíba do Norte" para o rio e a capitania só surge na segunda metade do século XVIII, tendo sido comumente utilizada até a primeira metade do século XX para diferenciação em relação ao Rio Paraíba que cruza os atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Lugar de uma agromanufatura açucareira desenvolvida ininterruptamente do fim do século XVI ao início do século XX, e até hoje coberta pela cana das usinas, essa paisagem agroindustrial *evolutiva viva*³ surge aqui numa abordagem sobremaneira empírica, com pés fincados em seu objeto, e olhos voltados para os detalhes, especificidades e sutilezas deste. A proposta é refazer o percurso da apreensão e do desvelamento dessa paisagem; é fazer reviver aquele instante em que, de súbito, o espaço se revela, em sua inteireza, à compreensão; aquele momento em que os diversos tempos se comprimem e se apresentam a uma única mirada.

A possibilidade para tal existe porque, como quase sempre acontece quando se trata de patrimônio cultural, cada pedra e cada sítio não são texto único e opaco; mas um palimpsesto dos diversos tempos que ali se depositaram, sem apagar por completo uns aos outros. Palimpsesto tão complexo, variado e mutante que parece caleidoscópio.

O ponto de partida é, portanto, a paisagem contemporânea. É ela que se coloca à vista, que concentra e deixa entrever as paisagens passadas.

Além de expor esse método bastante empírico, pretende-se dialogar com pesquisas na área de patrimônio agroindustrial e paisagem cultural, especialmente através de questões ligadas ao difícil exercício da valoração desses bens:

- a) Avaliação da integridade e da legibilidade de valores culturais na escala da paisagem;
- b) Aplicabilidade do instrumento legal brasileiro da chancela;
- c) Aplicabilidade das categorias valorativas da UNESCO em conjuntos onde não se busca o valor excepcional universal.

Trajectoria da pesquisa

As observações aqui apresentadas começaram a ser construídas com o inventário dos sítios de valor cultural na área identificada como várzea do rio Paraíba (CARVALHO, 2005a) – região próxima à capital, com algumas edificações isoladas tombadas pelo Iphan, mas ausente do imaginário local enquanto *região*. Havia dois pressupostos claros: a “unidade de valor patrimonial” seria o sítio, entendido como conjunto de edificações e seu lugar de implantação (e não a edificação); e seria considerada a diversidade de sítios rurais na região – que não se esgotavam nos engenhos.

O material levantado demonstrou a situação de progressiva destruição e despovoamento dos sítios e edificações – o que não impediu algumas análises pontuais (CARVALHO, 2005b, 2006,

³ O conceito de *paisagem cultural essencialmente evolutiva (viva ou relíquia)* é utilizado pela Unesco (2005) e será retomado no item 2.

2007). Progressivamente, o caráter de conjunto unitário de toda a várzea foi se impondo, a partir das seguintes características:

- a) muitos dos sítios inventariados se relacionam visualmente entre si – o observador localizado em um deles sente-se como parte de uma rede;
- b) os sítios inventariados se relacionam diretamente com elementos da paisagem que, por vezes, estão a quilômetros de distância;
- c) em termos históricos e funcionais, os pontos de concentração de ocupação sempre funcionaram em sinergia com as áreas de plantação e de vegetação nativa, constituindo um único sistema em que a ação humana moldou o território através de sua ocupação continuada.

Assim, a adoção do conceito de paisagem cultural para descrever a esse conjunto tornou-se natural e lógica – embora não tenha havido maior aprofundamento na questão. Foi uma incorporação conceitual muito simples, a partir da conceituação da Unesco:

“Paisagens culturais são bens culturais e representam as ‘obras do homem e da natureza, combinados’ designadas no Artigo 1º da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência dos limites físicos e/ou oportunidades apresentadas pelo meio-ambiente, e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas como externas” (Unesco, 2005: 14)

Em momento posterior, retomou-se o estudo da área, agora como trecho capital da Zona da Mata da Paraíba (CARVALHO, 2008). A perspectiva da formação territorial – ou de como a sociedade foi dando forma a esse espaço – tratou das relações, ao longo do tempo, entre meio físico, produção, política e cultura, baseada essencialmente pesquisa de fontes primárias e na produção de nova cartografia a partir de sua análise e interpretação.

A etapa mais recente resultou de contrato com o Iphan e trabalhou em duas escalas extremas e complementares: ao mesmo tempo em que se realizaram levantamentos arquitetônicos com alto grau de precisão⁴ de conjuntos selecionados, construiu-se uma proposta preliminar de identificação de paisagem cultural – que sintetiza todos os estudos anteriores, com preocupações específicas da delimitação, setorização e identificação de valores (IPHAN-PB, 2009a).

Considerando o contratante, houve preocupação especial com a caracterização de uma paisagem que correspondesse ao instrumento brasileiro da *chancela* (então recém-criada) e os pactos e planos de gestão que lhe são associados. Contudo, a pertinência da *chancela* de um bem com características tão fortes de degradação pode ser colocada em dúvida – e é um dos principais pontos de debate do presente texto.

⁴ Levantamentos arquitetônicos, fotográficos e preenchimento de novas fichas foram executados por Maria Andreína Fernandes, Camilla Carneiro da França e Juliana Peçanha, com coordenação e participação direta de Juliano Carvalho e Carolina Marques Chaves.

Guias

Para atingir o objetivo-chave da *avaliação* – identificação e mensuração de valores de um bem em relação ao seu contexto cultural – foram escolhidos alguns caminhos:

- a) ênfase na observação de campo e utilização de conceitos muito simples de paisagem cultural – aqueles definidos pela Unesco (2005) e pelo IPHAN (2009) – com pouco aprofundamento teórico nesse campo e abordagem assumidamente empírica;
- b) busca das relações entre meio físico e formação territorial, estabelecendo os nexos entre os dois pólos da paisagem – natureza e cultura;
- c) busca das relações entre diferentes escalas espaciais, estabelecendo a unidade da área como único bem cultural – por exemplo a reiteração das diferenças geológicas nas diferenças da construção;
- d) atenção às diferentes temporalidades dos processos históricos, identificando as permanências na longa duração – o que estabelece os nexos de continuidade histórica do objeto, a exemplo da permanência de uma dada concepção do território ao longo dos séculos (mesmo quando sua situação fática se transforma);
- e) utilização de cartografia de síntese, produzida a partir das fontes documentais e de campo, como ferramenta para identificação das relações procuradas.

2. Identificação e caracterização.

2.1 Ocupação do território pela cana-de-açúcar

O processo histórico que resultou na paisagem do Rio Paraíba Açucareiro tem um importante marco em 1585 – quando os portugueses consolidaram uma posição próxima à foz do rio, iniciando seu primeiro ciclo de ocupação açucareira, que resultou na instalação de 20 unidades produtivas até 1618 (GONÇALVES, 2007: 188). Adjacentes à área produtora de cana (a várzea), instalaram-se os equipamentos de administração, defesa e comércio (na cidade da Paraíba⁵ e no estuário do rio).

Às atribulações do período holandês (1634-1654) seguiu-se uma longa crise para a qual contribuíram fatores locais, regionais e internacionais (OLIVEIRA, 2007). Assim, apenas em meados do século XVIII apareceram indícios de recuperação da atividade açucareira no Rio Paraíba, com a expansão da área cultivada e do número de engenhos instalados, em direção à várzea do Taipu (OITO, 1757; CARVALHO, 2008: 68). Até o fim do século XIX, continuou a expansão da área ocupada e do número de engenhos – inclusive pelos vales dos afluentes –

⁵ Chamaremos de Cidade da Paraíba o primeiro núcleo de povoamento da Capitania, por questão de clareza. Na verdade, o lugar teve diversos nomes, desde o inicial "N. S. das Neves", passando pela "Cidade da Paraíba do Norte", que se firma no século XVIII, ao "João Pessoa" que vem de 1930.

significando efetiva pujança econômica em alguns contextos, mas, especialmente na segunda metade do século XIX, refletindo a subdivisão de propriedades num contexto de crise (FERNANDES, 1999).

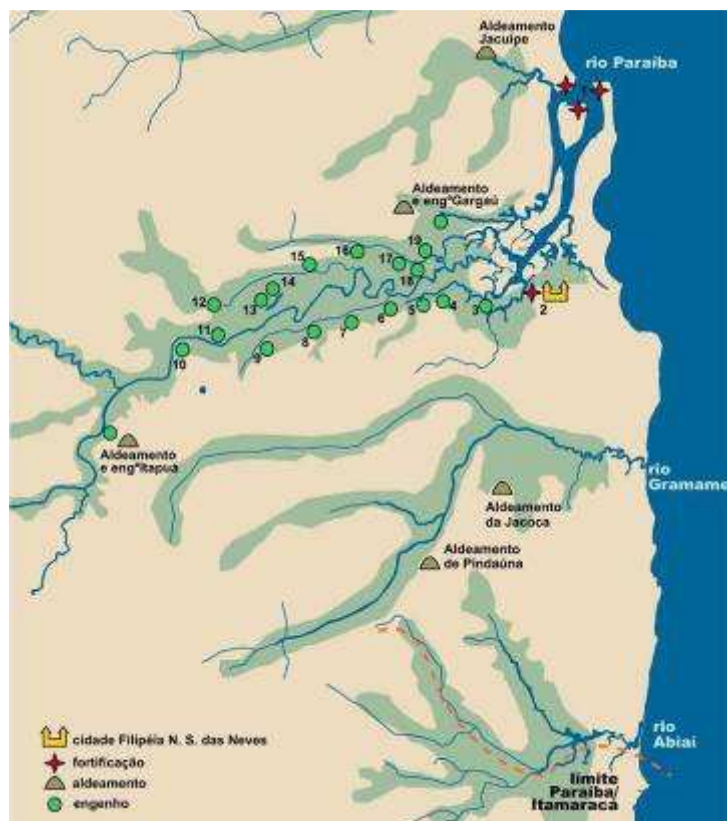


Fig. 04. Várzea do rio Paraíba na década de 1630 (CARVALHO, 2008).



Fig. 05. Várzea do rio Paraíba em meados do século XVIII (CARVALHO, 2008).

A inauguração do Engenho Central São João Batista, em 1888 – significativamente o ano da abolição da escravatura – marca o início efetivo da transição para a organização industrial da produção. A partir daí, deu-se a implantação de uma série de usinas nas primeiras décadas do

século XX, ao mesmo tempo em que gradativamente os engenhos foram ficando *de fogo morto*, transformados em fornecedores de cana, ou definitivamente incorporados às usinas (MOREIRA E TARGINO, 1997). O restante do século assistiu ao domínio progressivo desses estabelecimentos sobre certos trechos do território, com a eliminação gradual das relações de trabalho pré-capitalistas e das propriedades rurais independentes – enquanto nas áreas fora do raio de interferência das usinas, a cana-de-açúcar teve sua importância muito diminuída.

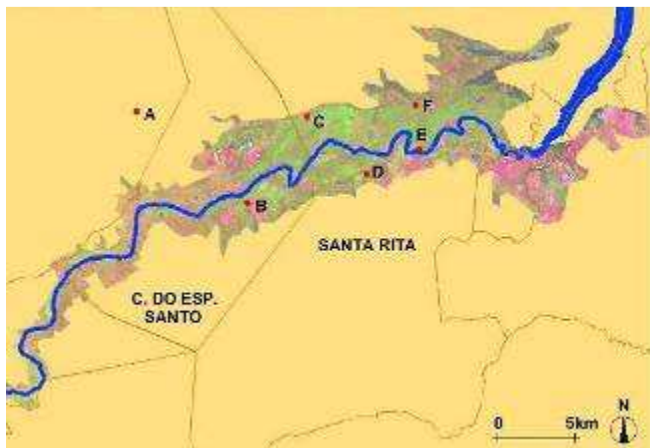


Fig. 06. Fig. 29. Usinas do Rio Paraíba Açucareiro em 1920 (CARVALHO, 2005a).

Junto com o próprio rio e seu meio físico, os processos produtivos vinculados à cana-de-açúcar (fatores fundamentais da forma assumida pelo território e das suas relações econômicas e sociais) constituem os traços de união entre os diferentes espaços ao longo da paisagem cultural do Rio Paraíba Açucareiro.

2.2. Delimitação e setorização.

A delimitação proposta se baseia na forma do território, no processo histórico por que ela passou, e nos remanescentes físicos existentes – que permitem ver no território esse processo histórico. A partir desses critérios, foi possível identificar os quatro/cinco setores que compõem essa paisagem única, que exporemos em detalhe a seguir.

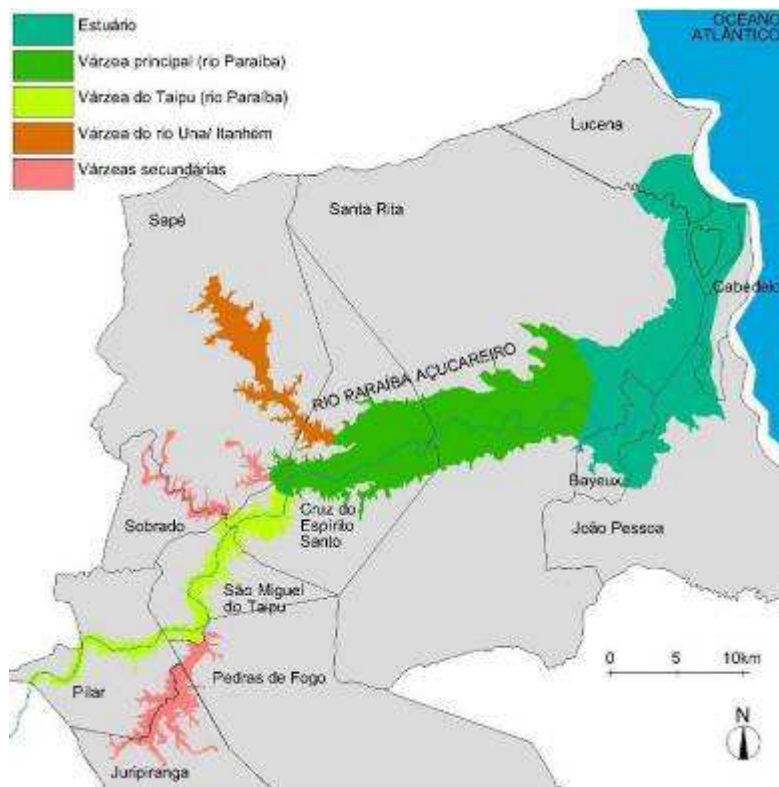


Fig. 07. Setorização do Rio Paraíba Açucareiro (IPHAN-PB, 2009a).

2.2.1. *Várzea principal*

A várzea principal é o maior setor homogêneo e a referência primeira para a presente proposta de identificação de paisagem cultural. O aspecto físico mais marcante dessa área é seu relevo: um fundo de vale plano, com 1,5km a 5,5km de largura e cerca de 26km de extensão. A várzea se encaixa entre os *tabuleiros*, terrenos planos de 50 a 100m mais elevados que ela, e que não foram tradicionalmente ocupados pela cana – de forma que a área ocupada pela cultura tinha limites claros e precisos, garantindo uma unidade/identidade visual.

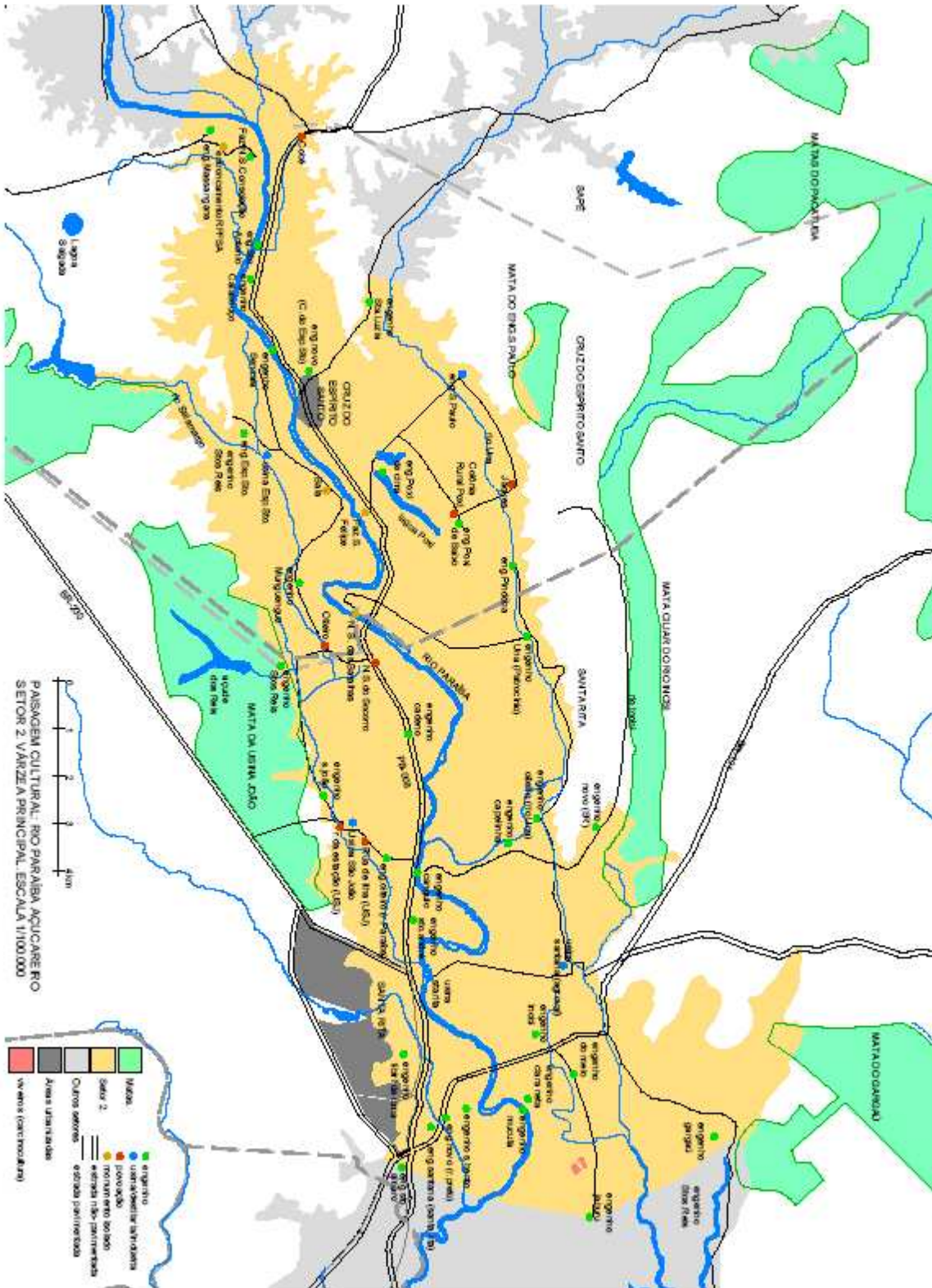


Fig. 08. Várzea principal (IPHAN-PB, 2009a).

A várzea é resultante da ação do rio Paraíba, que em seu ciclo anual de cheia, escavação e deposição de sedimentos, formou a planície aluvial argilosa cuja fertilidade tem sido reiterada por

diversas fontes ao longo dos séculos⁶. Estando acima do rio, os tabuleiros não sofrem deposição aluvial, e não apresentam a umidade e a fertilidade da várzea.

Com temperatura média anual de 24 a 26°C, a cobertura vegetal original da várzea era a Mata Atlântica. A devastação da mata na várzea foi muito rápida e intensa – além da utilidade da madeira e da lenha, era preciso dar espaço à plantação da cana. Nos tabuleiros, a destruição foi mais lenta: nos séculos XVIII e XIX, eles guardavam extensas matas (PRATA, 1792; ROHAN, 1861), e ainda hoje restam trechos isolados, junto às encostas e nos vales de alguns afluentes.



Fig. 09. Em primeiro plano a várzea, ao fundo os tabuleiros cobertos pela mata.



Fig. 10. Arvoredos e palmeira na paisagem, marcando as povoações.



Fig. 11. Chaminé na paisagem, a unir várzea, tabuleiros e céu.



Fig. 12. Mata do engenho São João.

A estrutura básica da paisagem da várzea principal é definida pela oposição das formações descritas: em primeiro plano, a planície verde-clara com seus canaviais, cortada pelo rio Paraíba e seus afluentes; ao fundo, as duas linhas horizontais quase retas, paralelas, do sopé e do topo dos tabuleiros, delimitando o verde-escuro da mata ou o marrom do solo nu. Aqui e ali, as verticais das chaminés dos engenhos: a natureza simbolicamente marcada pela ação humana⁷. Ainda

⁶ As cheias foram minimizadas com a construção do açude Epitácio Pessoa (município de Boqueirão), que passou a deter as águas que desciam rapidamente pelos solos impermeáveis do alto curso do rio.

⁷ Curioso é perceber que os bueiros, tão típicos da paisagem açucareira, a ela só foram incorporados ao longo do século XIX, em função de mudanças técnicas nas fornalhas (GOMES, 1998).

estampando o lençol verde, os pontos brancos das casas e igrejas caiadas, as manchas escuras dos arvoredos, e as palmeiras como adornos – marcos freqüentemente associados entre si.

Neste trecho do Rio Paraíba Açucareiro, se tem plantado cana-de-açúcar ininterruptamente por mais de 400 anos, atravessando invasões, guerras, crises e o advento da organização industrial da produção. Mais do que nos outros trechos, aí se encontram numerosos sítios remanescentes desse longo processo – engenhos, fazendas, usinas, núcleos operários, povoações civis, patrimônios religiosos, estações ferroviárias etc.

Salvação da alma e proveito da terra, motivações da colonização, são perfeitamente sintetizadas na imagem contemporânea das capelas em meio aos canaviais (tanto aquelas votivas, originalmente isoladas, como as remanescentes de conjuntos desfeitos): sentinelas solitárias de uma grande aventura, que muito construiu, à custa de muita violência.

Das matas, restam, no setor, duas formações principais nos engenhos Gargaú e São João, além de pequenos trechos isolados. Sua situação é oficialmente estável, por serem reservas de Mata Atlântica, e há programas de controle ambiental implantados pelas usinas. Contudo, elas sofreram perdas consideráveis nos últimos 20 anos.

Igualmente fundamentais ao entendimento e fruição da várzea são os pequenos agrupamentos de árvores – pomares, geralmente de mangueiras, com três, cinco, vinte árvores – invariavelmente associados a pontos de povoação. Embora não possamos precisar a origem desta relação, ela é evidente: para localizar pessoas e casas na vastidão da várzea, basta buscar, à distância, as manchas verde-escuras das mangueiras. Analogamente, as palmeiras imperiais servem de balizas para os antigos engenhos – num estrado mais elevado que as mangueiras. Inicialmente símbolos geométricos de uma nobreza aristocrática, hoje são o foco e a referência para o observador distante – muitas vezes, uma referência mais visível e concreta que a própria arquitetura

As povoações que se inserem neste conjunto têm origens variadas. As capelas de N. S. das Batalhas e de N. S. do Socorro são antigos patrimônios religiosos: terras doadas a um santo e sua capela, cuja divisão em parcelas aforadas serve à manutenção da própria capela. Outros grupos de moradores se estabeleceram nas terras dos antigos engenhos, a partir de relações como *aforamento*, *posse* e *parceria*, em agrupamentos de aspecto não-urbano.

É nesses lugares ainda habitados que resiste a vida da várzea: a memória local é dos moradores; os saberes, celebrações e formas de expressão são seus, e só vivem pelas suas mãos, rostos e vozes. Eles são fundamentais para a compreensão e apreensão do várzea; rompem a monotonia do canavial; são as *rugosidades*, os elementos de *complexidade* e *diversidade* do setor. Porém, a grande maioria desses núcleos está ameaçada, ou em desfazimento, ou mesmo já desfeita. É freqüente encontrar as mangueiras sozinhas, com vestígios de casas sob elas, assim como é

comum encontrar as casas acudadas pelos canaviais que vão, a cada ano e a cada queimada, destruindo as mangueiras que as protegiam – num conflito lento, mas aberto e contínuo.

Finalmente, há dois núcleos urbanos na área. Santa Rita, surgida no século XVIII, faz parte da região metropolitana de João Pessoa e tem crescimento intenso e desordenado, concentrado sobre os tabuleiros, e conseqüentemente com poucos danos à paisagem. Cruz do Espírito Santo, surgida no século XIX, no meio da várzea, é menor e menos dinâmica do que Santa Rita; mas, por sua localização, tende a interferir de forma mais nociva no conjunto, caso venha a romper com as escalas, formas e materiais do conjunto.

Por enquanto, percebe-se que sua natureza de “região geo-cultural claramente definida” não somente facilita a identificação do Rio Paraíba Açucareiro, como o aproxima das orientações da Unesco (2005, anexo 3, 7) quanto ao reconhecimento de paisagens culturais. Com efeito, a maioria das paisagens culturais *essencialmente evolutivas* reconhecidas pela Organização é de vales ou outras regiões de delimitação geográfica evidente.

2.2.2. Estuário.

O segundo setor delimitado é o do estuário, com cerca de 19km de extensão. Aí, o Rio Paraíba se desdobra em diversos braços, que contornam ilhas recortadas, para depois alargar sua calha até cerca de 1,4km (contra 50-60m no restante do baixo curso). Os tabuleiros existem apenas à margem esquerda, pois a margem direita é uma grande restinga formada pelos sedimentos trazidos pelo Paraíba. A vegetação original, junto ao rio e seus meandros, é de manguezais (em grande parte preservados), ficando a Mata Atlântica em alguns terrenos mais firmes e sobre os tabuleiros.



Fig. 14. Várzea em Santa Rita, 2004 (CARVALHO, 2005).



Fig. 15. Foz do rio Paraíba, 2006 (Acervo pessoal, Juliano Carvalho).



Fig. 16. Manguezais do estuário, em restinga, sem tabuleiros ao fundo (Acervo pessoal, Juliano Carvalho).



Fig. 17. Fortaleza de Cabedelo (IPHAN-PB, 2009a)



Fig. 18. Indústria na foz do rio Paraíba fundo (Acervo pessoal, Juliano Carvalho).



Fig. 19. João Pessoa, implantada em sítio alto, junto ao rio Sanhauá (acervo Iphan-PB)

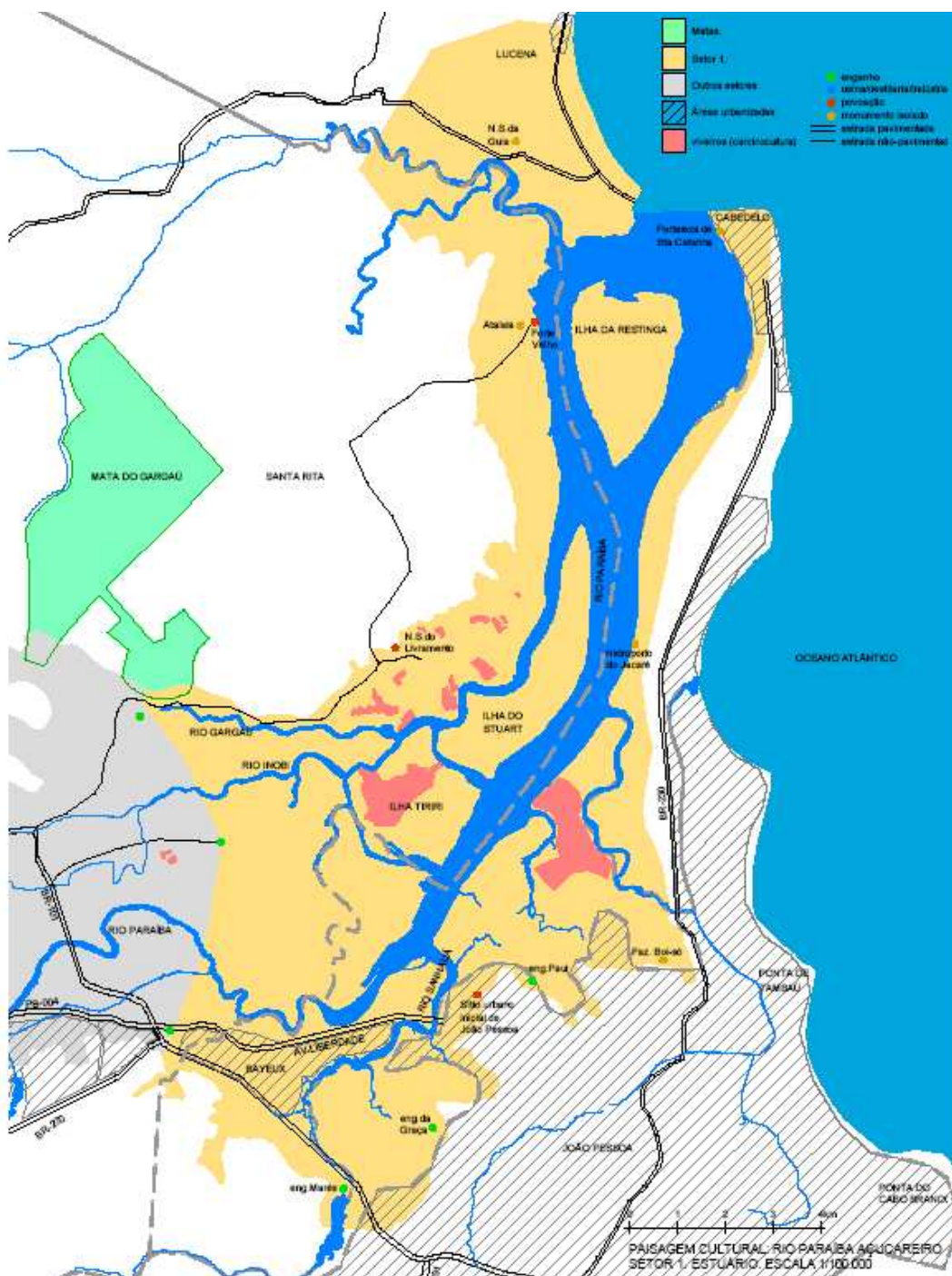


Fig. 20. Estuário do Rio Paraíba (IPHAN-PB, 2009a).

Do sistema de defesa da barra do rio, resta como principal testemunho a Fortaleza de Cabedelo, cuja versão atual é do século XVIII. Esperar-se-ia que ele permanecesse como principal marco da barra do rio Paraíba, mesmo prejudicado pela presença de alguns tanques de combustível associados ao porto local. Na década de 2000, porém, a construção de um conjunto de torres industriais ao seu lado amesquinhou sua escala, com dano grave à paisagem cultural do Rio Paraíba como um todo: hoje, o marco inequívoco da foz é uma fábrica do século XXI.

Restam, no estuário do Paraíba, dois importantes remanescentes da atividade missionária na região: a Igreja da Graça, em João Pessoa, remanescente do aldeamento jesuíta de Piragibe (SILVA, 2005), e a Igreja de N. S. da Guia, em Lucena, junto à qual houve um hospício carmelita e o aldeamento do rio Jacuípe⁸.

Entre o estuário e a várzea principal do rio, num platô à margem sul do Paraíba, junto ao seu afluente Sanhauá, implantou-se a cidade, sucessivamente nomeada N. S. das Neves, Filipéia, Frederica, cidade da Paraíba e, em 1930, João Pessoa. Dominando visualmente grande área à sua volta, ela foi estrategicamente colocada num sítio dotado de água, pedra de construção e porto próximo. Fundada a partir dos esforços da Coroa, com o título de Cidade em função disto, foi desde logo pensada como núcleo da ocupação da região. Apesar das vicissitudes por que passou ao longo dos séculos, sempre manteve a posição de capital. A existência de diversos estudos publicados sobre a cidade nos leva a não aprofundar as considerações sobre ela (MOURA FILHA, 2005). Contudo, é importante ressaltar, dentre seu rico patrimônio edificado, a arquitetura religiosa colonial e a arquitetura civil, que cobre todo o arco temporal dos séculos XVIII a XX – ambas concentradas na área central, tombada pelo IPHAN em 2008.

Até meados do século XX, a cidade cresceu em diálogo com seu sítio – sem negá-lo e sem se sobrepor a ele. Pelas dificuldades físicas das proximidades do rio – cobertas de manguezais – a maior parte de sua expansão urbana se deu sobre os tabuleiros e em direção às praias. Assim, os danos à paisagem causados pelos bairros voltados para o estuário do rio são relativamente limitados: a situação de degradação e risco por que passa o entorno imediato do chamado “centro histórico” é menos grave do que se poderia esperar de uma cidade de 700 mil habitantes.

Mediando o tempo da conquista e o da contemporaneidade, algumas transformações na paisagem do estuário do rio Paraíba transcorreram. As plantações de coqueiros aparecem com grande destaque, na margem esquerda do rio, na documentação do século XIX (TAVARES, 1982/1989). Hoje, permanecem importantes, mas disputam espaço com os canaviais que, desde a década de 1970 (pela primeira vez na história) têm subido para os tabuleiros. Também no século XIX, como parte do fenômeno da multiplicação dos engenhos no Brasil, diversas pequenas unidades foram implantadas em pequenos vales e nas encostas do setor – sendo que, de algumas delas, ainda restam edificações importantes, como é o caso do engenho Paul.

Dentre os setores estudados, o estuário do rio Paraíba é aquele que menos apresentou degradação ao longo dos tempos. Apesar das ameaças e danos relatados, a vastidão da área e a resistência do manguezal às invasões têm garantido que, na maior parte de sua área, a

⁸ O aldeamento de N. S. da Nazaré da Utinga, beneditino, de cuja igreja restam ruínas, não faz parte da delimitação do presente estudo, estando vinculado à costa atlântica, e não ao rio (MATTOSO et al, 2010).

experiência visual e espacial da natureza sutilmente balizada pelos elementos da colonização seja mantida.

2.2.3. Várzea do Taipu.

Delimitamos o setor *várzea do Taipu* como a área polarizada pelo engenho Taipu, ocupada pela cana-de-açúcar a partir do século XVIII – acrescida de um trecho da área da ocupação inicial, por causa de sua leitura paisagística mais semelhante à do Taipu que à da várzea principal.



Fig. 21. Limites indefinidos entre várzea e tabuleiros (CARVALHO, 2005a).



Fig. 22. Estreitamento da várzea em São Miguel do Taipu (CARVALHO, 2005a).



Fig. 23. Engenho Corredor (CARVALHO, 2005a).



Fig. 24. Engenho Oiteiro (CARVALHO, 2005a).

Na altura do engenho Massangana, a várzea do Rio Paraíba tem cerca de 1,5km de largura, ainda encaixada entre tabuleiros razoavelmente nítidos. A montante daí, a formação compacta dos tabuleiros vai sendo substituída por morros irregulares, sem uma linha de encosta única e clara, de forma que os limites da própria várzea vão ficando menos evidentes. Mais a sudoeste, no extremo oposto do setor, a várzea reduz-se a apenas 500m. A mudança de formas se relaciona com uma transformação geológica: é neste área que o terreno de arenito dos tabuleiros cede lugar ao complexo gnáissico-magmático-granodiorítico das colinas⁹.

⁹ A existência de dois pólos na paisagem é perceptível ainda na pluviosidade (os municípios extremos, Cabedelo e Pilar, apresentam pluviosidades anuais de 2200 e 1000 mm anuais, respectivamente) e na vegetação, em que os vestígios de Mata Atlântica dão lugar a uma vegetação de cerrado.

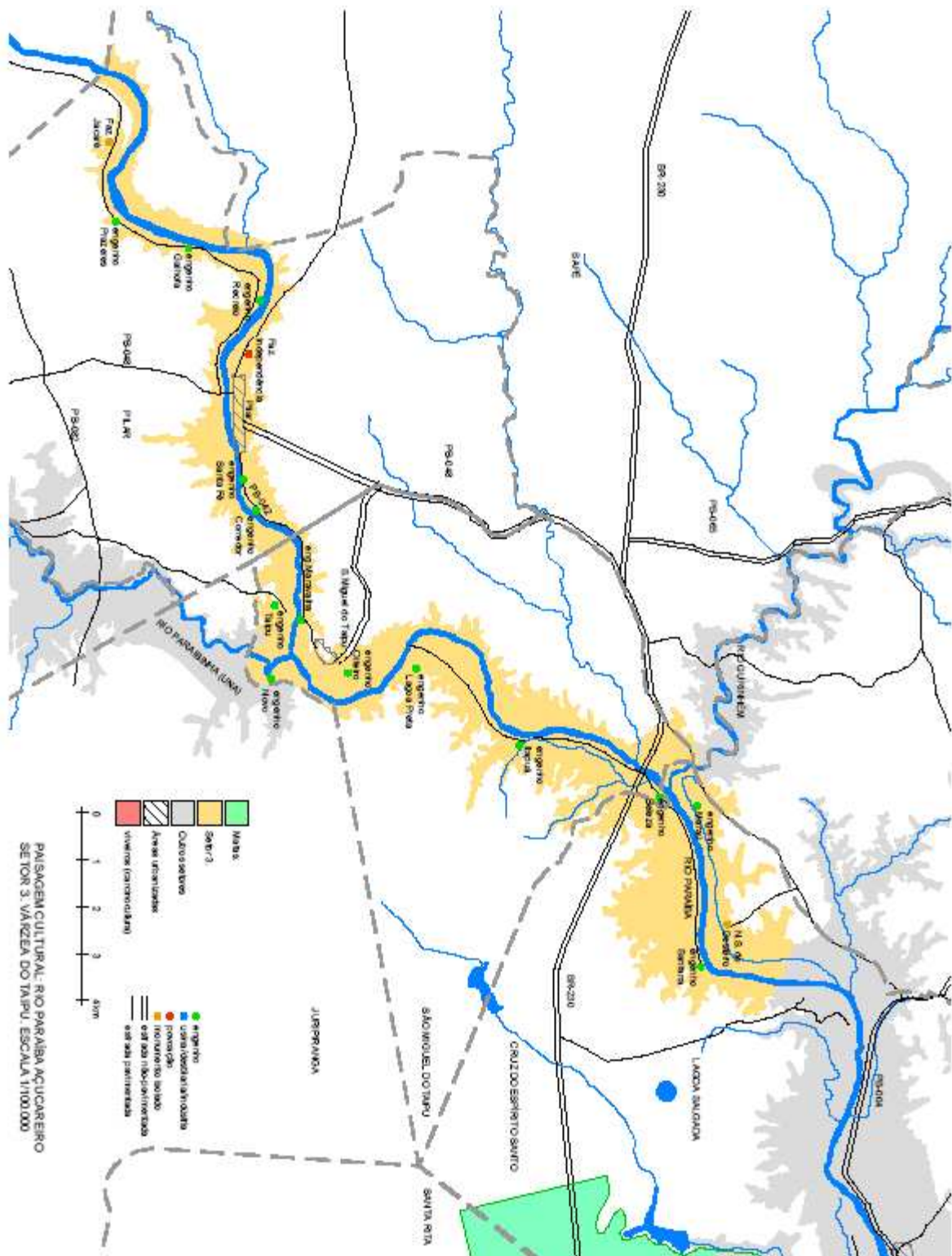


Fig. 27. Fig. 29. Várzea do Taipu

O retardo da ocupação da várzea do Taipu pela cana-de-açúcar (que continuava ao longo do século XIX) deveu-se, provavelmente, às suas características menos favoráveis a esta cultura¹⁰, e levou a uma diversificação da produção, que incluía, além da cana, algodão e criação.

Outro elemento ajuda a compor a identidade da várzea do Taipu: a família Cavalcanti de Albuquerque, a começar por Manoel Cavalcanti de Albuquerque, que aparece como testemunha no termo de criação da freguesia, em 1745 (CONSULTA, 1756); como capitão-mor, assinando a descrição da capitania, em 1757 (OITO, 1757); e como diretor da vila do Pilar, recém-criada, em 1763 (MAPA, 1763). Provavelmente fundador, ou descendente do fundador do engenho Taipu, Manoel foi um dos elos de uma cadeia de proprietários que deteve todos os engenhos desmembrados do Taipu¹¹. Em meados do século XIX, a família se chamava Lins Cavalcanti de Albuquerque, e, no início do século XX, estendia suas propriedades até os engenhos Itapuá, Santana, Massangana (TAVARES, 1910). Ainda hoje, o Corredor e o Oiteiro pertencem a descendentes da mesma família – este último tem sua casa grande ocupada como residência, mantendo viva a tradição dos *Taipuzeiros* (REGO, s.d.).

Este universo espacial, cultural e familiar foi registrado por José Lins do Rego – membro da família. O escritor passou vários anos de sua infância e adolescência no atual engenho Corredor, que constitui, indiretamente, fundo para o cerne de sua obra – um conjunto de romances sobre os últimos tempos dos engenhos nordestinos: *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Fogo Morto*, *Bangüê* e *Usina*. Os engenhos do Taipu permanecem mais vivos que os da várzea principal, mesmo sem a cana-de-açúcar por perto, graças ao escritor.

2.2.4. Vales dos afluentes.

Dentre os afluentes do Paraíba, ocupados pela cana-de-açúcar apenas no século XIX, o Una se destaca, inicialmente, por abrigar, em uma de suas nascentes, o mais antigo destes engenhos “fora da várzea” – o Pacatuba¹². Localizado no fundo de um *grotão* escavado nos tabuleiros, atravessado por uma riacho que alimenta o rio Una, o Pacatuba representa e sintetiza o que há de mais expressivo na paisagem para além da várzea. Suas matas, citadas na documentação desde o século XVIII, mantêm expressividade enquanto contraponto ao canal, testemunho da vegetação original e remanescente da paisagem do engenho. A casa grande, da transição do século XIX para o XX, convenientemente agenciada e ligada à pequena capela, insere-se discreta, mas imponente, no fundo do vale.

¹⁰ O fato de o primeiro ciclo de ocupação ter alcançado o Itapuá (já dentro do trecho mais seco) é possivelmente explicado pela maior fertilidade e umidade da região, àquela época.

¹¹ Maravalha, Santa Fé, Paciência, Novo, Oiteiro e Lagoa Preta

¹² Suas terras foram concedidas em sesmaria desde 1621 (JOFFILY, 1859), mas nele só foi instalado engenho em algum momento entre 1757 e 1792 (OITO, 1757; MAPA, 1792). Atravessou o século XIX e chegou a 1910 ainda moendo.



Fig. 28. Engenho Pacatuba. Implantação no fundo do vale (IPHAN-PB, 2009a).



Fig. 29. Engenho Pacatuba – casa grande (IPHAN-PB, 2009a)



Fig. 30. Engenho Pau d'Arco (IPHAN-PB, 2006-2007).



Fig. 31. Engenho Lagoa Cercada (IPHAN-PB, 2006-2007).

Descendo o Una em direção ao Paraíba, o engenho Pau d'Arco fala de outro universo – o de Augusto dos Anjos. O poeta paraibano nasceu no lugar, em 20 de abril de 1884, e lá ainda persistem elementos concretos da sua memória e da sua poesia: a casa grande¹³ e o pé de tamarindo cantado pelo poeta (IPHAN-PB, 2006-2007). Além destes, a capela próxima (atualmente parte do conjunto desativado da Usina Santa Helena, fundada em 1917 como Usina Bonfim) provavelmente também fazia parte do antigo engenho. Entre sítios preservados e descaracterizados, o rio Una ainda guarda outros conjuntos, como o Curral de Cima, Pedra d'Água e Coité.

Também na margem esquerda do Paraíba (a barlavento da Serra da Borborema), o Rio Gurinhém mantém, em relativo estado de preservação, um acervo significativo¹⁴.

Já na margem direita, a sotavento da Serra de Manuel de Matos, a paisagem é mais seca e os engenhos foram de implantação ainda mais tardia, com importância econômica secundária. Hoje, esses vales apresentam remanescentes isolados, de menor interesse arquitetônico – o que não consegue garantir a coesão da paisagem. Por esse motivo, não os incluímos da proposta de delimitação do Rio Paraíba Açucareiro.

¹³ “Sua casa-grande, após anos de abandono, foi recuperada e associada a uma moradora ilustre, personagem real na vida e na obra do poeta, a ama de leite, Guilhermina” (IPHAN-PB, 2006-2007).

¹⁴ Engenhos Bonito, Conceição, Cafundó, Melancia e Antas.

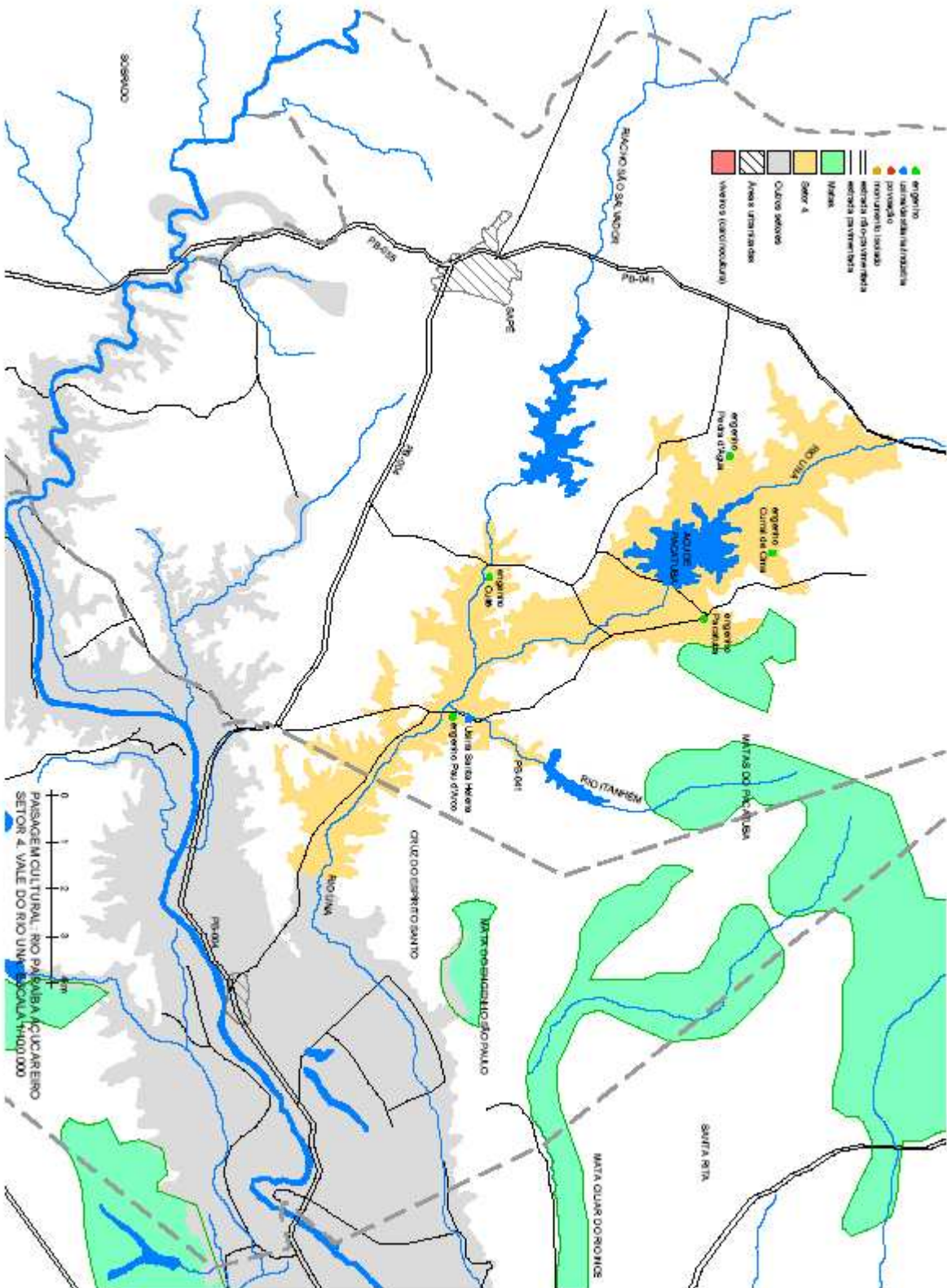


Fig. 32. Vale do Rio Una (IPHAN-PB, 2009a)

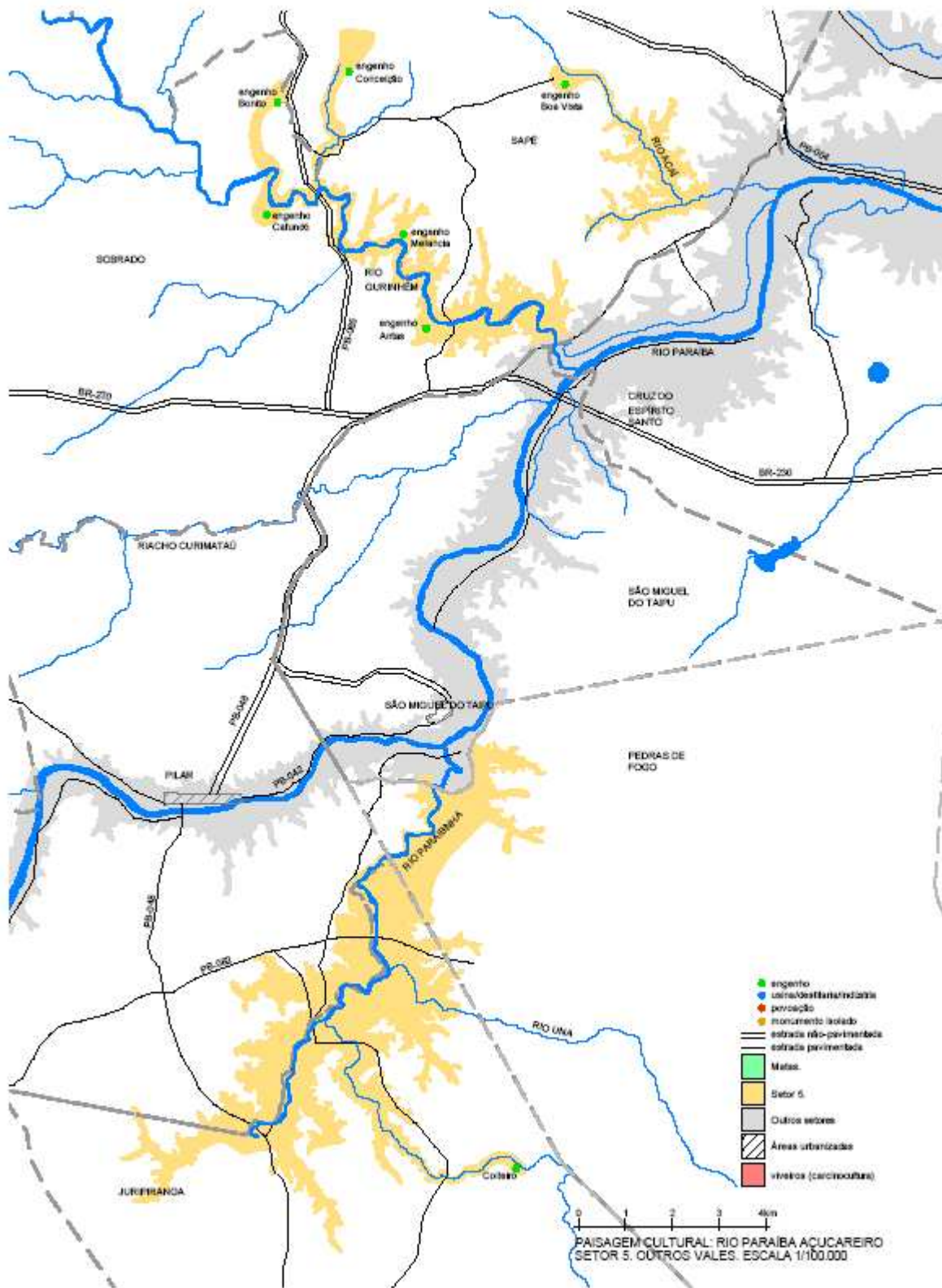


Fig. 33. Outros vales (IPHAN-PB, 2009a)



Fig. 34. Engenho Floresta, em um dos vales ao sul do Rio Paraíba.

2.3. Classificação

A Unesco classifica as paisagens culturais em “intencionalmente concebida e criada pelo homem” (a exemplo dos jardins), “essencialmente evolutiva” (resultante da lenta interação de condições sociais, econômicas, etc. com o meio) ou “associativa” (quando seu caráter cultural reside na associação a fenômenos culturais, mais do que em marcas físicas)(UNESCO, 2005, anexo 3, 10, ii)¹⁵. O rio Paraíba açucareiro é um exemplo clássico de paisagem evolutiva, por testemunhar uma longa e continuada relação entre sociedade e natureza, mediada pela produção agrícola.

As paisagens culturais associativas dividem-se em *vivas* ou *reliquias*. No rio Paraíba, a continuidade da produção açucareira até o presente, conservando “um papel social ativo na sociedade contemporânea” poderia enquadrá-lo no subtipo *paisagem evolutiva viva* – porém, esta implicaria na persistência de um “modo de vida tradicional”, o que majoritariamente não acontece. Por sua vez, o fato de que houve rupturas intensas e quase completas nas formas de posse da terra, produção e relações sociais vigentes, poderia fazer entender a área como *paisagem relíquia*, resultante de “processo evolutivo que foi interrompido”, mas cujas características essenciais mantêm-se visíveis (UNESCO, 2005, anexo 3, 10, ii). Esta classificação também não é ideal, porque a situação atual do rio Paraíba resulta da progressiva transição dos engenhos para as usinas, sem um momento definido de ruptura.

Tomando a persistência do “modo de vida tradicional” como fator de diferenciação, entendemos que o Rio Paraíba Açucareiro se trata efetivamente de *paisagem relíquia*. Contudo, observando a continuidade das atividades agrícolas e a persistência vestigial de modos de vida tradicionais, uma avaliação mais cuidadosa indicaria que a paisagem, no momento atual, encontra-se em ainda em transformação de *viva* para *relíquia*.

¹⁵A legislação brasileira não faz essa distinção.

3. Eixos de valoração.

Na identificação dos valores presentes na paisagem do Rio Paraíba Açucareiro, propomos três eixos estruturantes a serem explorados.

3.1. Uma concentração de tempos

Sendo a paisagem cultural do Rio Paraíba Açucareiro um palimpsesto dos diversos tempos que ali se depositaram, o primeiro dos eixos de valoração aqui explorados é a identificação de alguns conjuntos de camadas desse palimpsesto.

3.1.1. Os tempos da formação territorial da colonização portuguesa

O território do Rio Paraíba, em sua formação inicial, é um microcosmo do que foi a colonização da costa brasileira entre os séculos XVI-XVII, nas áreas em que havia interesse e intervenção por parte da Coroa. Os 20 engenhos implantados até 1618 eram o núcleo produtivo que impulsionava, em todos os sentidos, a colonização. O Engenho de São Gonçalo, localizado na várzea principal, que com suas duas moendas chegou a obter a maior produção entre Pernambuco, Paraíba e Rio Grande neste período, demonstra a potencialidade da área (GONÇALVES, 2007).

Diretamente articulada aos engenhos, a cidade da Paraíba, com seu porto, era ponto fundamental do sistema – não apenas por ser *locus* do comércio do açúcar¹⁶ e da administração. Fundada como cidade por estar em capitania que a Coroa retomara do donatário por ocasião das guerras de conquista, ela demonstrava simbolicamente e fisicamente o interesse na região. É preciso frisar também a posição frágil do sistema implantado, durante suas primeiras décadas. Até 1625, ainda havia forte resistência indígena, de forma que a expectativa de conflitos em terra era constante (GONÇALVES, 2007) – e a Cidade era responsável pela organização da resistência e dos ataques. Décadas antes, o regimento trazido ao Brasil por Tomé de Souza já ordenava que os engenhos permanecessem, na medida do possível, próximos às povoações, que seriam seus pontos de apoio (MOURA FILHA, 2005: 28).

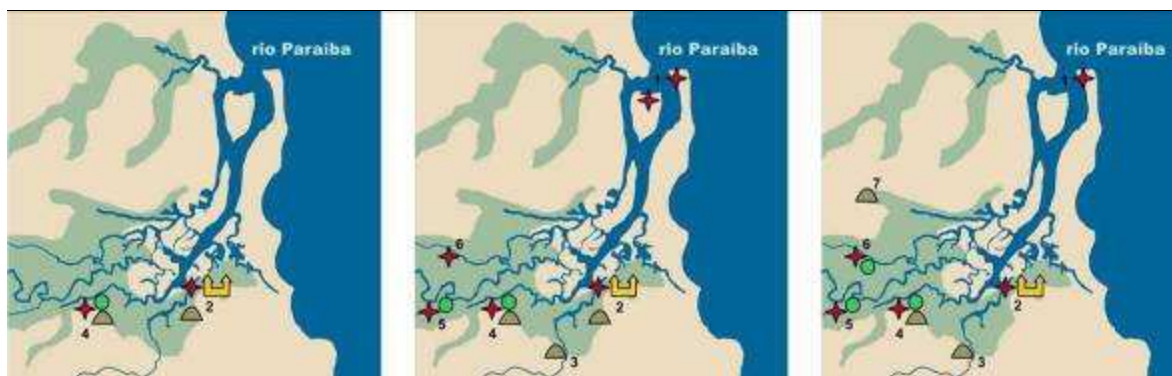


Fig. 35. Várzea do rio Paraíba no Brasil na década de 1630 (CARVALHO, 2008).

¹⁶ O transporte dos engenhos à cidade era intermediado por “passos” (armazéns) ao longo do rio, dos quais não restam vestígios.

A defesa eficiente da barra do rio Paraíba garantiria o território contra invasores externos. Assim, ali foi implantado um sistema de fortificações (fortes, fortins e baterias) que consumiu investimento e preocupação significativos¹⁷. Ao mesmo tempo, o sistema de aldeamentos ao redor da cidade garantia a presença de índios subjugados para defesa contra ataques de outras etnias, ao mesmo tempo em que era reserva de mão de obra da qual se lançava mão freqüentemente (CARVALHO, 2008).

O que se conclui é que a pequena área correspondente ao que denominamos “várzea principal” e “estuário” abrigava, naquele momento, um conjunto de elementos funcionando em sinergia: uma verdadeira máquina de engrenagens bem azeitadas, destinada à conquista, manutenção e proveito da terra pela cana-de-açúcar. Sistemas análogos havia em diversos pontos da costa, mas esse guarda uma soma de características que o tornam especial ao olhar contemporâneo:

- a) Sua leitura é muito evidente, mesmo nos dias de hoje – com apenas um rio, um ponto de defesa externa, uma cidade, e uma área produtiva claramente delimitada, é um exemplo mínimo porém completo do que era a colonização com intervenção real que se fazia na costa do Brasil naquele momento.
- b) A estrutura coesa, com recursos concentrados em pontos-chave e áreas restritas, a partir dos quais se pretende controla uma área muito maior (que não é fisicamente ocupada), é extremamente representativa da *visão metonímica* da colonização portuguesa à época. Gestada num império marítimo formado por uma rede de pontos (e não por um território contínuo), essa visão perpassou os dois primeiros séculos da colonização. Assim, mesmo com conflitos abertos e sesmarias doadas em outros pontos da Capitania, neles não se implantam povoações e fortificações, permanecendo controlados a distância (IPHAN-PB, 2009a).
- c) A estrutura polarizada do início da colonização se perpetuou na longa duração – apenas nas últimas décadas do século XVIII outras povoações da Capitania efetivamente colocaram em xeque a centralidade da Cidade da Paraíba (CARVALHO, 2008).

Explorando outros tempos do mesmo espaço, encontramos processos próprios de uma religiosidade profundamente ligada ao cotidiano e ao território. Com a fundação e o lento desenvolvimento dos patrimônios religiosos, outras camadas depositaram-se sobre aquele espaço já *formado*, aumentando sua complexidade.

A tradição aponta a fundação de duas capelas com seus patrimônios (N. S. do Socorro e N. S. das Batalhas), entre os engenhos da várzea principal, em decorrência de uma vitória militar contra os holandeses ali ocorrida (MATTOSO et al, 2010). Através do aforamento de suas terras, ambas

¹⁷ A construção de elementos defensivos não se esgotou neste ciclo inicial: a atalaia da margem norte, ainda existente, não aparece na documentação holandesa – seus primeiros registros escritos e cartográficos são do século XVIII.

as capelas eram circundadas por povoações em meados do século XIX (TAVARES, 1982/1989)¹⁸. O patrimônio de N. S. do Desterro, também encravado entre os engenhos, documenta a permanência da prática desse tipo de fundação no já recente ano de 1869 – em plena vigência da Lei de Terras de 1850 (IPHAN-PB, 2009c: 3).



Fig. 36. São Miguel do Taipu. A matriz no alto.

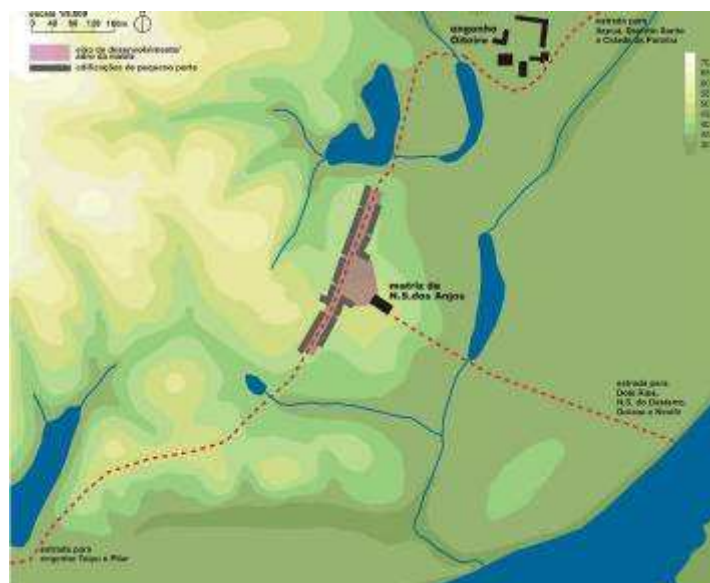


Fig. 37. São Miguel do Taipu. Igreja no adro. (CARVALHO, 2008)

Embora falte documentação, é muito provável que São Miguel do Taipu e Cruz do Espírito Santo, hoje sedes de municípios, tenham surgido através do mesmo processo – como indicam sua localização vinculada a engenhos pré-existentes e as tradições que cercam sua fundação. Especialmente no caso do Taipu, o traçado é próprio dos patrimônios, documentando sua lógica de formação: o espaço principal é formado pela Igreja e seu adro (núcleo gerador do sítio), ao qual se articula uma longa rua (originalmente, um caminho, cujas terras foram progressivamente aforadas aos moradores).

Parte da importância dos patrimônios passa por sua natureza de “brecha” no sistema sesmarial (permitindo o acesso dos moradores a pequenos lotes aforados, cuja renda sustenta a capela do santo) e de embrião de povoações que, muitas vezes, chegaram a freguesias, vilas e cidades¹⁹ – como no caso da várzea do Rio Paraíba. Além disso, o hábito do culto a seus santos é um dos processos de mais longa duração da região em estudo (juntamente com a própria cultura da cana-de-açúcar). A realização de procissão de N. S. do Socorro marca uma continuidade que logo completará quatrocentos anos.

Cumprir ainda explorar um terceiro tempo da colonização do Rio Paraíba Açucareiro: as iniciativas de (re)ordenamento territorial ocorridas sob D. José/ Marquês de Pombal (no terceiro quartel do

¹⁸ Hoje, apenas a povoação do Socorro resiste. A capela de N. S. das Batalhas está isolada no canavial.

¹⁹ Sobre patrimônios religiosos e seu papel na formação territorial do Brasil, ver MARX (1991).

século XVIII) e durante a regência de D. João/D. Rodrigo de Sousa Coutinho (na virada para o século XIX). Embora as políticas territoriais dos dois momentos apresentem diferenças significativas, próprias do aprofundamento do projeto ilustrado, uma análise mais detida identifica o fundo comum do aperfeiçoamento da máquina estatal, do aumento do controle sobre o território e do incentivo à produção.

A administração colonial, através de seus funcionários, empreende esforços de um conhecimento progressivamente sistematizado e detalhado sobre as matas, a costa e seus portos, os rios, a agricultura, as povoações e as pessoas. Assim, descrições pormenorizadas do *Distrito da cidade* e da *Capitania do Taipu*²⁰, que deveriam compor uma “carta geral de todo o Brasil”, são enviadas ao Reino em 1757. Em 1764, os capitães-mores de ordenanças passam a ter de manter relações dos homens obrigados ao serviço militar, com suas idades e domicílios. Na década seguinte, os mesmos indivíduos passam a ser medidos, avaliados e classificados, de forma muito mais detalhada (CARVALHO, 2008). Em 1792, se faz um *Exame das Matas* extremamente preciso (PRATA, 1792). A partir de 1797, anualmente são enviados ao reino mapas estatísticos detalhados de toda a Capitania, que teriam de incluir, a partir de 1802, informações da população dividida por gênero, idade, estado e emprego. Nesta mesma época, engenheiros militares voltam a atuar na Capitania, elaborando cartas de sondas da barra do Rio Paraíba, incluindo as profundidades de seus atracadouros, que embarcações podem fazer uso deles, e se eles se prestam ao transporte de madeira. Há uma verdadeira “inflação” na quantidade de engenheiros atuantes e de mapas da costa produzidos – diferentemente do que acontecera em todo o período posterior à invasão holandesa, em que a cartografia local é muito rara (CARVALHO, 2008: 91-99).



Fig. 38. Cartografia produzida na Paraíba no fim do século XVIII (CARVALHO, 2008).



Fig. 39. Pilar, com o Rio Paraíba (IPHAN-PB, 2009a)

²⁰ Estes são os termos usados no documento enviado. *Capitania*, nesse caso, indica que sobre o Taipu havia jurisdição específica de um capitão-mor-de-ordenanças diferente daquele da cidade.

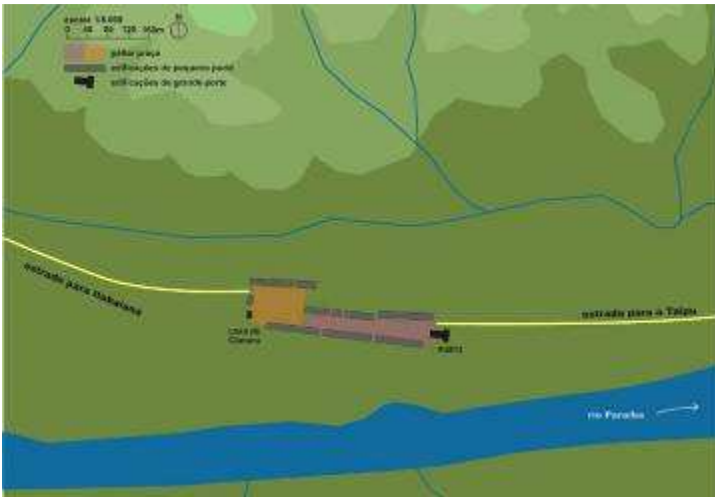


Fig. 40. Pilar. O pátio do aldeamento e a praça da Casa de Câmara (IPHAN-PB, 2009a).



Fig. 41. Pilar. Casa de Câmara e Cadeia.

Simultaneamente, o *controle* sobre o território se aperfeiçoa: na precisão dos marcos físicos que deveriam delimitar cada sesmaria, assim como as matas reservadas à Coroa; na precisão das cercas que deveriam separar as lavouras dos pastos; e na crescente organização das forças militares. (CARVALHO, 2008: 91-99).

Aparentemente, o fim último dessas ações é o aumento do proveito da terra – advindo, por exemplo, da diminuição no número de conflitos dentre a população e da melhor gestão das matas e do comércio. No mesmo contexto, se inserem incentivos ao melhoramento da agromanufatura do açúcar: no início de 1798, avisa-se ao governador que procure introduzir o uso de bois, arados e da queima do bagaço da cana nas fornalhas dos engenhos. Ao mesmo tempo, ordena-se que ele remeta a descrição dos métodos correntes de plantação e processamento da cana-de-açúcar e do algodão. A *Descrição da cultura e engenho do açúcar* enviada em resposta traz, além do retrato detalhado da atividade, reflexões sobre o melhoramento de sua qualidade e produtividade (PINTO, 1977, p. 189-198). É nesse contexto que chegam de Lisboa diversas publicações voltadas para a agricultura, inclusive volumes do *Fazendeiro do Brasil*, que deveriam ser vendidos aos produtores – demonstrando a existência de um projeto maior de melhoramento da produção, por parte da administração colonial, através do conhecimento técnico (CARVALHO, 2008, p. 96-97).

É nessa ordem de coisas que se insere a iniciativa territorial mais visível e emblemática do século XVIII na América Portuguesa: a extinção do sistema de aldeamentos e sua substituição por um grande número de vilas, ao longo período pombalino. O processo conjugou motivações de naturezas diversas – como a extinção dos espaços de soberania das ordens religiosas e o aumento da quantidade de “súditos do rei” integrados à produção colonial.

Na área estudada, o antigo aldeamento dos Cariris, próximo à freguesia do Taipu, foi transformado em Vila do Pilar no ano de 1763, no contexto da elevação do conjunto de vilas das

Capitanias do Rio Grande e Paraíba pelo ouvidor Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelbranco (CARVALHO, 2008). Em sua forma contemporânea, percebe-se a sobreposição da vila ao aldeamento: o pátio alongado dominado pela Igreja, próprio dos aldeamentos, se associa à praça quadrada da Câmara. Se, no momento da elevação a vila, a supremacia cabia à sede da freguesia do Taipu, quando vai se aproximando o fim do século, Pilar assume a primazia, constituindo o único caso na capitania em que integração econômica exitosa de uma vila pombalina. Simultaneamente, vão sumindo da documentação as referências ao fato de se tratar de uma vila de índios – o que novamente demonstra que, através de meios que desconhecemos, ali houve efetivamente a integração dos indígenas a sociedade local. Um último ponto importante do processo é que, através de sua Câmara, Pilar é um dos principais núcleos a romper a centralidade política única que a Cidade da Paraíba detinha até aquele momento: conflitos de interesses entre os produtores locais e aqueles vinculados à cidade passam a aflorar na documentação camerária (CARVALHO, 2008, p.143-146).

Isto, em última análise, é sinal do rompimento do modelo de pólo único que se instalara nos primeiros momentos da colonização, e que se vinha refazendo desde então.

Concluindo o raciocínio deste item, expomos um elemento que atravessa todos os tempos de que tratamos: o balizamento do território pela arquitetura religiosa, enquanto símbolo não somente da cristianização, mas também da posse do território.

Como sói acontecer na América Portuguesa, o Rio Paraíba Açucareiro é marcada pelas igrejas e capelas implantadas de forma muito peculiar: não somente no alto, mas em promontórios que dominam visualmente toda a sua região envolvente. Isto fica evidente nos sítios fundados no momento da rápida implantação inicial (como a Cidade da Paraíba e a Igreja de N. S. da Guia em Lucena), assim como durante as lentas transformações ao longo dos séculos (como a Igreja Matriz do Taipu e o encapelado de N. S. do Desterro).



Fig. 42. Igreja de N. S. da Guia dominando a paisagem. (acervo pessoal Juliano Carvalho).



Fig. 43. Igreja de N. S. da Guia, 1973. Biblioteca Almeida Cunha, pasta 33.02(2), foto 1749/73.



Fig. 44. Cartografia utilizando a atalaia como referência para navegação (MOURA FILHA, 2005).



Fig. 45. Atalaia do Forte Velho (IPHAN-PB, 2009a)

Este modo de construir, com origens na metrópole, adquire especial proeminência na colônia – pelos vastos espaços vazios a serem balizados e pela importância do sentido da conquista. Como coloca CATARINO (2007), essas igrejas têm caráter simbólico para a colonização: marcam a transformação da terra inculca e pagã em civilizada e cristã e, simultaneamente, servem como orientação concreta no espaço. No Rio Paraíba, um exemplo evidente aparece no *Plano do Porto da Paraíba* (PEREIRA, 1798), que utiliza acidentes naturais e edificações como a atalaia da margem norte, a fortaleza de Santa Catarina e a igreja de Lucena enquanto guias para a penetração no estuário do rio. A conjugação do sentido simbólico e prático se evidencia ainda nas implicações militares de vigia e defesa de certas igrejas (OLIVEIRA, 2003).

Finalmente, cabe registrar que, sendo também marcos inequívocos das povoações em que se inserem, as igrejas em questão, com sua arquitetura, conseguem articular o território à cidade, e vice-versa.

3.1.2. Os tempos da cultura e da sociedade do açúcar

Assim como expõe uma sobreposição dos diferentes tempos da colonização portuguesa, o Rio Paraíba Açucareiro mostra também as mudanças ocorridas no território e nos espaços da agromanufatura açucareira do que hoje é o Nordeste do Brasil.

Das primeiras décadas da colonização, a arquitetura não é mais visível; mas é possível vislumbrá-la na implantação muito especial dos engenhos então surgidos: seus sítios ficam nos primeiros degraus dos tabuleiros, dominando visualmente a grande várzea, a salvo das enchentes, e prontos a utilizar a força motriz dos riachos vindos das encostas. A escolha desses poucos sítios privilegiados evoca aquela situação de terras virgens, sesmarias de duas léguas em quadra e futuro promissor.

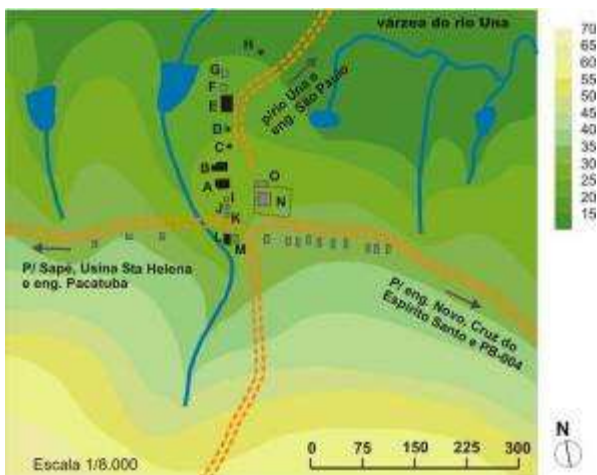


Fig. 47. Engenho Santa Luzia. Implantação no sopé do tabuleiro (IPHAN-PB, 2009a)



Fig. 48. Engenho Oiteiro. Implantação em morro sobre a várzea.

Não tendo havido novas implantação no período de crise posterior à invasão holandesa, dessa época restam poucos exemplares isolados, localizados em sítios já anteriormente existentes.

A grande maioria dos conjuntos e edificações remanescentes remete ao período de contínua expansão numérica dos engenhos a partir da segunda metade do século XVIII: nos pequenos morros e na planície dos canaviais, foram sendo implantadas numerosas novas unidades produtivas, através da subdivisão das propriedades maiores. Muitos desses sítios já documentam a crise e a diminuição da escala dos engenhos do século XIX.

Ainda no contexto dos momentos finais da organização produtiva manufatureira, cabe registrar a presença da estrada de ferro – já como parte da transição para a organização industrial levou os engenhos ao fim. A *Companhia Estrada de Ferro Conde d'Eu*, inaugurada em 1881, ligava a capital à localidade que se transformaria no *Entroncamento* – no limite entre a várzea principal e a várzea do Taipu. Dois anos depois, a *Conde d'Eu* chegaria a Pilar, atravessando todo o Rio Paraíba Açucareiro, do estuário à várzea do Taipu. Seu traçado, que acompanha o rio, servindo justamente para auxiliar o escoamento da produção de açúcar, no contexto de transformações por que passava a atividade, na época. Seus remanescentes são extremamente disseminados nas várzeas do Paraíba. Assim como os rios, eles constituem uma grande linha a unir diferentes engenhos (Santana, Corredor, Lagoa Preta), alguns deles inclusive com suas paradas, caixas d'água, etc (Engenho Central, Reis, Itapuá).

O momento crítico da introdução da produção industrial gerou uma série de conjuntos que marcaria indelevelmente a paisagem da várzea. O Engenho Central e, depois, as usinas trariam chaminés de outra escala e castelos de máquinas de grande altura. Junto com os elementos mais diretamente ligados à produção, viriam ainda novos programas, a exemplo das habitações operárias e dos grupos escolares, reforçando a profundidade das mudanças em curso. Essa outra

sociedade vai sendo construída sobre uma base que nunca se apaga – não custa lembrar que as maiores usinas continuam apresentando casas grandes e capelas junto à suas instalações fabris.

3.2. *Natureza e ocupação: um trânsito de tempos e escalas.*

Os quadros naturais próprios e os tempos de ocupação diferenciados de cada um dos setores do Rio Paraíba Açucareiro têm conformado cada um deles de forma específica. Frequentemente, o jogo de determinações atravessa tempos e escalas: um processo do século XVIII tem reverberações no século XX, assim como uma característica de escala geográfica tem implicações sobre a arquitetura. Assim, cada setor vai somando especificidades e fortalecendo sua identidade ao longo do tempo – processo do qual apresentamos alguma amostras.

3.2.1. *Da geologia à alvenaria*

As diferenças entre a geologia da várzea principal e da várzea do Taipu levaram à predominância de diferentes alvenarias em cada uma delas. Na várzea principal, as alvenarias de pedra são de arenito ferruginoso ou calcário, com um aspecto próprio. O calcário, especificamente, é preferido nas proximidades do estuário, onde se encontram suas jazidas, e para os trabalhos de cantaria, por seu melhor acabamento que o arenito. Já a montante do engenho Massangana, onde começa a várzea do Taipu, as alvenarias de pedra identificadas apresentam aparência muito diferente, heterogênea, composta a mistura das diferentes rochas do solo local (figuras 61 a 64).



Fig. 50. Capela do engenho Gargaú – alvenaria de calcário da várzea principal.



Fig. 51. Engenho São João – alvenaria de arenito ferruginoso típica da várzea principal.



Fig. 52. Engenho Maraú – alvenaria mista de diversas rochas.



Fig. 53. Fazenda Consolação – alvenaria de diversas rochas (CARVALHO, 2005).

3.2.2. Do Nordeste ao conjunto edificado

Gilberto Freyre, em sua obra *Nordeste* – cuja perspectiva, já em 1937, muito se aproximava à de um estudo de paisagem cultural – esclarece que trataria, na obra, de uma zona muito específica:

[...] o Nordeste de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho [...] Um Nordeste onde nunca deixa de haver uma mancha de água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa [...] Um Nordeste com a cal das casas de telha tirada das pedras do mar [...] O Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes dos engenhos. Dos sobrados de azulejo. Dos mocambos de palha de coqueiro ou de coberta de capim-açu.

(FREYRE, 1961, p. 6-7)

A parte deste *Nordeste* que vai de Goiana (em Pernambuco) a Natal (no Rio Grande do Norte) tem ainda outra especificidade: seu relevo alterna as *várzeas* e os *tabuleiros*. Esta realidade fez com que, ali, a ocupação pelos engenhos se tenha dado em faixas aproximadamente paralelas entre si, correspondentes às várzeas.

Estas faixas concentram fortemente os recursos da colonização, inclusive seus objetos construídos e seus sinais territoriais, de forma que terminam por concentrar também as possibilidades da percepção patrimonial. As várzeas são territórios privilegiados em sua região – o que poderia ser comprovado, por exemplo, mapeando sua relação com os tombamentos do Iphan ao norte de Recife. Sua situação privilegiada é ainda reforçada por seus limites físicos claros, que tornam sua identificação e leitura evidente.

Dentre as várzeas em questão, a do Rio Paraíba apresenta o conjunto de sítios e paisagens de valor patrimonial mais rico e variado, em virtude da conjugação de: atividade açucareira ininterrupta do século XVI ao XXI, com remanescentes de todos esses tempos; cidade e vila com conjunto arquitetônico e urbanístico significativo; sistema de defesa ainda observável na foz do rio. A comparação com as várzeas do Potengi (RN), do Cunhaú (RN), do Mamanguape (PB) e do Goiana (PE) mostrará, em cada caso, a ausência de algum(ns) desses elementos.

Assim, dentre as antigas regiões açucareiras do atual Nordeste que têm uma forma territorial identificável, apenas o Recôncavo Baiano detém acervo cultural comparável (e muito maior, diga-se de passagem) ao do Rio Paraíba. Outras áreas, comparáveis em grau maior ou menor, como as vinculadas a Recife/Olinda(PE), Marechal Deodoro (AL), Laranjeiras (SE) ou São Cristóvão (SE), carecem dessa forma territorial evidente que lhes facilite/faculte a identificação.

A alternância tabuleiros/várzeas (escala regional) determina, no Rio Paraíba, as soluções de escolha de sítio (escala local) de que tratamos no item anterior: a preferência pelo sopé dos

tabuleiros, e a fundação de sedes de engenhos no meio da várzea apenas em momento posterior. Desses sítios, por sua vez, resultam as implantações dos conjuntos, em escala ainda mais próxima Assim, vemos aqui outro exemplo do trânsito e inter-relação entre as diversas escalas do território, no Rio Paraíba Açucareiro.

3.2.3. A longa duração de uma regionalização

Ao analisar os processos históricos interdependentes, mas diferenciados, da *várzea principal* (funcionando em sinergia com o *estuário*) e da *várzea do Taipu*, fica evidente uma regionalização fundada sobre o meio físico, continuamente reconstruída e reforçada pelos processos humanos; fica evidente a constituição de paisagens dotadas de identidades próprias e diferenciadas, unificadas pelo rio e pelo açúcar para formar a grande paisagem do Rio Paraíba Açucareiro.

As bases do processo já foram expostas: em função de sua menor umidade e fertilidade, a várzea do Taipu só foi ocupada pelos engenhos no século XVIII²¹. Sua economia dependia menos do açúcar, e incluía o algodão, a pequena produção dos moradores, e o foro pago por eles (CARVALHO, 2008). Boa parte das relações sociais e comerciais ocorria diretamente com Goiana e Recife, sem passar pela Cidade da Paraíba (REGO, s. d.).

As primeiras referências documentais ao Taipu que identificamos falam da área como *distrito da Infanteria de Ordenanças*. Naquele momento, ainda não havia um conjunto de divisões administrativas, políticas ou religiosas ao longo do rio – apenas a cidade e sua freguesia, com os limites de seus termos indefinidos. Em 1745, é criada a freguesia de N. S. Rainha dos Anjos, do Taipu, que foi a primeira divisão da administração religiosa na área de estudo, cuja matriz correspondia, provavelmente, a um patrimônio religioso desmembrado das terras do engenho Taipu. Anos depois, o alvará de elevação do curato a vigararia colativa explicaria que o primeiro havia sido criado em 1745 “por padecerem os moradores do dito lugar do Taipu e de outras aldeias anexas à mesma Matriz de grande dano na falta do pastor espiritual de suas almas” (CARVALHO, 2008). Note-se que essa freguesia avança sobre a área já ocupada anteriormente, chegando aos limites da várzea principal, e demonstrando a utilização do meio físico como baliza para a delimitação territorial. Com a criação da Vila do Pilar e de sua freguesia, em 1763, a administração colonial reforça a separação existente: a mesma área que antes tinha uma sede de freguesia passa a ser sede de concelho, com duas freguesias. É de se presumir que, não fosse o

²¹ O trecho entre os engenhos Itapuá e Massangana, ocupado ainda entre os séculos XVI-XVII, não faz parte da várzea do Taipu, numa abordagem estrita, e foi nela incluída por questões de percepção da paisagem contemporânea – trata-se de uma área de transição, que apresenta características dos dois setores.

interesse na elevação dos aldeamentos a vilas, teria sido a própria freguesia do Taipu a obter tal *status* – por ser mais importante, à época, do que o aldeamento existente²².



Fig. 54. Freguesia do Taipu e Vila do Pilar -2ª metade do século XVIII (CARVALHO, 2005);

Concluindo, percebe-se que primeiro a freguesia do Taipu, e depois a vila do Pilar com sua freguesia, refletem e reafirmam o quadro territorial que até então se vinha delineando, reconhecendo a região do Taipu como segundo pólo da várzea, diferenciado em relação ao estuário do rio. Especificamente no caso da vila, observe-se a inserção de um processo de curta duração (o ciclo de fundações pombalinas) nessa lógica de longa duração: apesar de causar certa estranheza (ao criar um novo núcleo muito próximo ao já existente) não subverte sua estrutura – que é a da existência de duas regiões principais na várzea do Paraíba.

A diferenciação nos tempos e formas de ocupação deixou marcas na paisagem que vão além das questões mais diretamente ligadas ao quadro natural. No Taipu, a estreiteza da várzea levou, ao longo do século XIX, com a subdivisão daquele primeiro engenho, à implantação de uma série de engenhos muitos próximos uns aos outros: as várias casas grandes formam um conjunto único ao longo da grande curva que o Rio Paraíba faz à volta da sede do município de São Miguel do Taipu; pertencentes à mesma família, elas observam umas às outras; e poderíamos mesmo levantar a hipótese da existência de algum tipo de comunicação visual entre elas, tamanha é sua proximidade. Não existe situação como essa na várzea principal, onde a distância entre as sedes é consideravelmente maior.

²² Isto é perceptível na documentação, que até a década de 1760 se refere sempre a esta região como “do Taipu”, a partir de então como “Pilar do Taipu”, e, já no século XIX, apenas como “do Pilar” (CARVALHO, 2008).



Fig. 55. Engenho Taipu (CARVALHO, 2005).



Fig. 56. Engenho Lagoa Preta (CARVALHO, 2005).

Outra diferença visível nos conjuntos edificados é a presença das capelas. Enquanto na várzea principal elas são quase onipresentes, mesmo naqueles engenhos fundados apenas no século XIX, na várzea do Taipu, elas aparecem exclusivamente no próprio engenho Taipu. Nos outros conjuntos, são se dispensam as capelas isoladas, utilizadas pelo conjunto da população da vizinhança, substituídas por oratórios de uso semi-privativo, no interior das casas grandes. Um primeiro possível fator explicativo seria a maior proximidade dos engenhos dessa área em relação ao núcleo urbano do Taipu – onde se cumpririam as obrigações religiosas. É interessante perceber como em duas áreas açucareiras adjacentes, durante o século XIX (e início do XX), uma que tinha tradição de construir capelas mantém a tradição (mesmo nos engenhos novos), enquanto a outra, em que inexistia tal processo, prescinde dessas edificações.

Uma terceira pista para a ausência das capelas na região do Taipu nos remete a processos mais amplos da sociedade luso-brasileira. Os nomes dos engenhos da várzea principal, fundados nos sécs. XVI-XVII, baseiam-se quase exclusivamente na toponímia local, de origem indígena (Gargaú, Itapuá, Inobi etc.) e, com maior ênfase, na hagiografia (Santo André, São João, Santos Reis, Santo Antonio etc.). No Taipu, no século XIX, se continua a aproveitar a toponímia, agora com predominância do português (Lagoa Preta, Oiteiro etc), mas os santos desaparecem, cedendo lugar a abstrações (algumas delas visivelmente profanas) como *Independência*, *Paciência*, *Prazeres*, *Galhofa* e *Recreio*. Parece-nos razoável apontar uma mudança do quadro mental em que se opera a nomeação das propriedades. No primeiro momento, sobre o território quase virgem, as referências existentes são aquelas deixadas pelos índios, e se faz necessária a cristianização da terra (processo que inclui, além das capelas, os próprios nomes dos lugares). Já num momento bastante posterior, as referências físicas já são da colonização (daí os nomes em português), e a religião não mais ocupa o imaginário público de forma exclusiva (abrindo espaço para outras referências).

Associando esta visível mudança de mentalidade com a ausência das capelas, percebemos uma sensível diminuição na intensidade com que o imaginário religioso se apresenta no Taipu, em relação à várzea principal.

Finalmente, com sua produção mais variada e flexível do que os grandes engenhos da várzea principal – exacerbação das atividades econômicas alternativas de que já falamos – os engenhos do Taipu tiveram um agonizar mais lento e mais longo. Eles foram absorvidos pelas usinas mais tardiamente, ou mesmo fugiram ao seu crescimento, passando às mãos de pessoas físicas quando de sua desativação. Para tanto, também contribuíram as suas condições menos favoráveis à atividade usineira – a várzea menor e a maior distância em relação à sede das indústrias.

Em virtude desse fato, a segunda metade do século XX e o presente das duas áreas foram bem diferentes entre si. Enquanto na várzea principal ocorreu o predomínio progressivo das usinas, que concentram praticamente a totalidade de suas terras, integralmente dedicadas à cana-de-açúcar, na várzea do Taipu permaneceram proprietários individuais, com produção bastante variada ou mesmo quase ausente – o que possibilitou, depois de intensos conflitos com os trabalhadores rurais, a instalação de diversos assentamentos resultantes da reforma agrária.

Nesse quadro, enquanto na várzea do Taipu o responsável pelas maiores perdas patrimoniais é o abandono (sendo que, durante o período de ocupações conflituosas, houve relatos de depredação das edificação pelos trabalhadores rurais – CARVALHO, 2005a), na várzea principal o maior risco é o contínuo avanço dos canaviais sobre conjuntos e arvoredos – que se soma ao abandono onipresente.

Em síntese, percebemos que a existência de duas trajetórias históricas paralelas, comumente entrelaçadas, mas que guardam, a cada momento, características próprias, reforçadas na longa duração. Entendemos que a justaposição dessas duas áreas é talvez o elemento de maior valor cultural do Rio Paraíba Açucareiro porque documenta exaustivamente (e permite ao observador contemporâneo *sentir visualmente*), as múltiplas camadas inter-relacionadas em que se sedimentam o território e a paisagem – o trânsito de tempos e escalas de que tratamos nesse item.

3.3. *Diversidade e peculiaridade de arquitetura e ocupação*

Um terceiro eixo de valor que identificamos na paisagem cultural do Rio Paraíba Açucareiro é o da diversidade de sítios ocupados e de soluções de arquitetura nele presentes.

3.3.1. *Povoações*

Recapitulando o que já foi exposto, percebemos a grande variedade da natureza dos pontos de ocupação da Rio Paraíba Açucareiro.

Primeiro, os engenhos, com datas de fundação desde o século XVI ao XIX – com suas especificidades que já procuramos identificar. Além deles, diversas fazendas fundadas nos séculos XIX e XX, algumas das quais com conjuntos edificados relevantes. Sucedendo os engenhos, o Engenho Central (cujo prédio principal, de 1888, permanece) e as Usinas –três das quais preservam o conjunto edificado de suas sedes. Vinculados às usinas, identificamos alguns núcleos operários. Há também uma colônia rural implantada pelo governo (*Colônia Rural Poxi*), com vistas à fruticultura – a qual conta com planejamento espacial mais evidente e facilmente identificável.



Fig. 57. Engenho Central.



Fig. 58. Vila Operária do Engenho São João.



Fig. 59. Colônia Rural Poxi.



Fig. 60. Cruz do Espírito Santo.

Dentre as povoações não diretamente vinculadas à produção rural, destacamos inicialmente três patrimônios religiosos que permaneceram sem grande desenvolvimento, como o de N. S. das Batalhas, N. S. do Socorro e N. S. do Destero. A documentação cartorial do século XIX mostra o quanto eram abundantes os moradores dos dois primeiros – livres da propriedade privada e de senhores, mesmo após a Lei de Terras de 1850 (TAVARES, 1982/1989).

Há ainda os agrupamentos mais densos, urbanos, cujas origens são diversas: desde a cidade da Paraíba, de fundação real, a Cruz do Espírito Santo e São Miguel do Taipu (provavelmente crescidos a partir de patrimônios religiosos), passando por Pilar, criada a partir de aldeamento indígena.

3.3.2. *Arquitetura do açúcar*²³

Embora severamente degradada pelo tempo, a arquitetura da produção do Rio Paraíba ainda guarda qualidades importantes. As fábricas dos engenhos pesquisadas têm área que varia entre 325 e 670m². São dimensões modestas diante daquelas publicadas por AZEVEDO (1990), BAHIA (1980) e GOMES (1998) – mas são semelhantes aos valores publicados por ALMEIDA (1994), em relação ao brejo paraibano. Os telhados variam entre duas e quatro águas, e predomina o partido linear. Não é possível datar os exemplares com precisão. Os equipamentos, quase sempre ausentes, dizem mais de si próprios do que do prédio, já que sua substituição não implica necessariamente em reedificação. Com base nos poucos exemplares datados, e na analogia com os estudos existentes, entendemos que os exemplares estudados correspondam aos arranjos em uso no ciclo final dos engenhos de açúcar nordestinos, entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX – os tempos do engenho a vapor e da transição para a organização industrial.

Duas fábricas, atualmente em ruínas, com planta em “L”, são especiais: as dos engenhos da Graça e Itapuá. Em ambas, o espaço quadrado da casa da moenda é mais alto e francamente dominante, com sua cobertura piramidal. A ele se justapõem os outros espaços de produção, espacialmente secundários.

No Itapuá, parte do interesse vem da estrutura de cobertura, especialmente complexa, recentemente cadastrada (IPHAN-PB, 2009b). Alguns dos elementos do prédio apontam para uma origem mais antiga que os outros engenhos estudados. Na fachada oeste havia, pelo menos até a década de 1960, alguns conjuntos de azulejos portugueses seiscentistas, possivelmente provenientes de outras edificações, reputados por Santos Simões como dos mais antigos do Brasil (SIMÕES, 1965). Já na face leste, ainda há uma série de bocas de fornalha abertas para o exterior, correspondentes às tachas com fornalhas individuais – solução que desapareceu rapidamente ao longo do século XIX, com a introdução das fornalhas do tipo “trem jamaicano” (GOMES, 1998).

Na fachada oeste, voltada para o rio e para a estrada, a composição é intencionalmente simétrica, bem cuidada, e adornada pelos azulejos; um dos painéis mostrava a imagem de N. S. de Guadalupe; e o tardo do frontão ainda guarda o emblema carmelita – mais um elemento a indicar a persistência da arquitetura anterior ao século XIX. Essa soma de elementos deixa claras intenções estéticas, religiosas e simbólicas nessa arquitetura – demonstrando a ampla significação que as fábricas de engenhos podiam assumir, para além do caráter meramente funcional.

²³ Este sub-ítem foi elaborado com base em CARVALHO (2007).

Do engenho da Graça, só há ruínas das paredes e dos pilares, mas a intenção estética também é evidente em toda a concepção do edifício. A planta baixa é semelhante à do Itapuá, contudo os doze pilares eram blocos monolíticos de pedra calcária, com bom trabalho de cantaria, de modo a lhes conferir o aspecto de pilastras e cunhais, inclusive com capitéis lavrados. Os simples pilares funcionais, agora transformados em pilastras e cunhais de referência clássica, não faziam parte de um conjunto aleatoriamente composto. Além do arranjo geométrico em planta, que parece ser próprio de sua tipologia, a edificação também apresenta cuidado na composição de sua fachada principal simétrica, voltada para o açude, única identificada em que aparece a edificação íntegra. Enquanto os dois vãos laterais são preenchidos com alvenaria até a meia altura, como usual neste tipo de edificação, o vão central recebeu alvenaria até a altura dos frechais, de forma a poder enquadrar um arco pleno alto, num resultado final de simetria perfeita, e certamente mais nobre que a usual para este programa. Já as fachadas laterais receberam, em todos os seus vãos entre os pilares, alvenaria até a altura dos frechais, perdendo assim a principal característica visual externa de uma fábrica de engenho – os pilares que continuam crescendo acima das paredes baixas. Perdendo este aspecto, tornam-se então grandes panos de alvenaria ritmados pelas pilastras bem proporcionadas, de forma que poderiam passar por paredes de uma obra de arquitetura civil urbana.

Nestes dois exemplos, fica claro como as fábricas utilizam uma tipologia existente, com propósitos estéticos importantes do ponto de vista da planta baixa, dos elementos construtivos e das fachadas construídas, chegando a um resultado esteticamente relevante intencionalmente buscado.

A partir de apenas dois casos do Rio Paraíba Açucareiro, defendemos uma possibilidade de mudança na análise dessa arquitetura, passando a considerar também as questões estéticas e simbólicas como relevantes para a arquitetura da fábrica dos engenhos, diferentemente do que é repetidamente colocado na bibliografia sobre o assunto.

Outra questão espacial que merece registro é a das casas de purgar. Apenas três delas foram identificadas, o que reforça a idéia de que, no período em questão, nem todos os engenhos possuíam este equipamento isolado – ao contrário, em alguns deles todas as funções se davam sob um mesmo telhado.

As casas de purgar identificadas se afastam do modelo do século XVII, fartamente analisado por AZEVEDO (1990) e GOMES (1998), possuindo características próprias, especialmente a existência de secadores de açúcar sobre trilhos, que corriam para fora das edificações, para permitir a secagem ao sol, em lugar das mais conhecidas andainas fixas. A casa de purgar do engenho Corredor, em Pilar, ainda tem estas características visíveis, e as dos remanescentes das casas de purgar dos engenhos Massangana e Itapuá também as tinham, segundo relatos dos moradores.

Finalmente, cabe registrar a existência da edificação remanescente do *Engenho Central São João*, com sua data de inauguração na fachada. Depois dela, cabe registrar as usinas, com todo um repertório arquitetônico que apela para as mais diferentes representações da modernidade – do ecletismo ao modernismo. Caba ainda atenção ao patrimônio ferroviário, bastante disseminado na área, e a toda a gama de novos programas e novos equipamentos da época – habitações multifamiliares para operários, grupos escolares etc.



Fig. 61. Engenho Central – a modernidade representada pelo neoclássico (CARVALHO, 2005).



Fig. 62. Usina Santa Rita – repercussões de uma modernidade programática (CARVALHO, 2005).

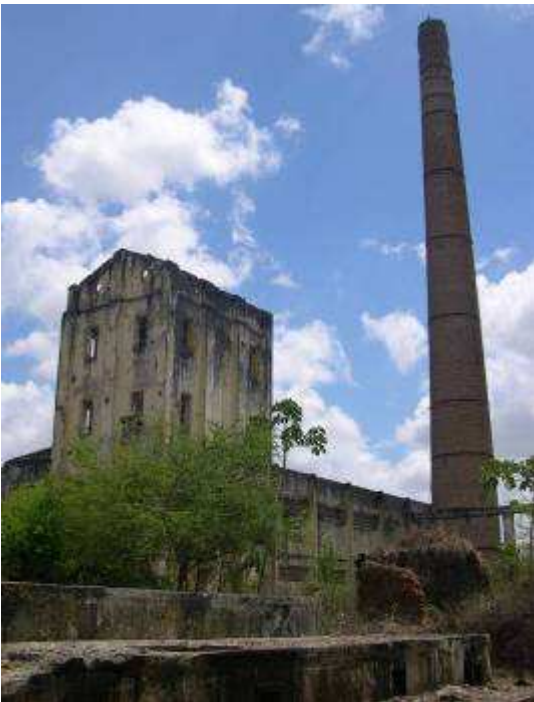


Fig. 63. Usina Santa Rita – a modernidade da arquitetura industrial (CARVALHO, 2005).



Fig. 64. Usina São João – Ecletismo como modernidade (CARVALHO, 2005).



Fig. 65. A ferrovia e a paisagem (Engenho Santana) – CARVALHO, 2005.



Fig. 66. Estação *Engenho Central* (CARVALHO, 2005).

3.3.3. *Arquitetura de capelas*

Duas coleções de capelas rurais, com alguns exemplares em comum, traduzem o que talvez haja de mais interessante nessa matéria, na área.

A primeira coleção é de capelas concentradas na várzea principal, cujos exteriores exploram as características formais do barroco e rococó, desde as expressões mais singelas às mais rebuscadas, mostrando os caminhos, a diversidade e a perenidade dessa forma de expressão (figura 49). É possível observar, no conjunto, a influência da forma de compor fachadas própria da região vinculada a Pernambuco; a existência de uma tipologia claramente firmada; bem como a permanência, ao longo de toda a primeira metade do século XIX, de padrões formais próprios do século XVIII. De forma geral, impõe-se um conjunto coeso, demonstrando a disseminação de uma prática arquitetônica em toda a várzea principal. Em determinados exemplares, a exemplo da capela de Santana, do engenho Gargaú, a cantaria adquire um grau de refinamento próprio do meio urbano – com modenatura e detalhes de grande requinte, e mesmo a reprodução, em pedra, de detalhes próprios da talha em madeira.

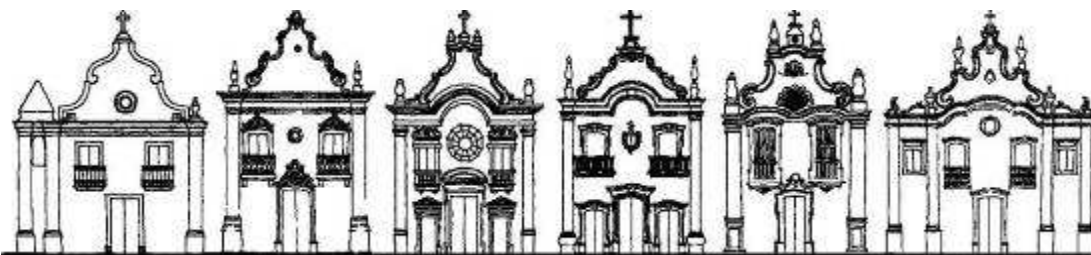


Fig. 67. Capelas com características formais do século XVIII: São Tiago, Santo Antonio, Graça, Gargaú, Santana e Santa Luzia (CARVALHO, 2005).

Uma segunda coleção, igualmente interessante, é formada por várias capelas concluídas entre 1850-60 – como demonstram as datas em suas fachadas – que documentam a multiplicidade de caminhos simultâneos coexistentes naquele momento em que a crise já se anunciava. Nesses

exemplares, coexistem soluções de continuidade ao séc. XVIII e de clara tentativa neoclássica; bem como exemplares de influência erudita e outros singelos e populares; assim como o exemplar de maior porte identificado, e outros diminutos, que prenunciam a crise dessa arquitetura.

3.4. *Cultura Popular.*

Os estudos sistemáticos do patrimônio imaterial do Rio Paraíba açucareiro apenas começaram (IPHAN-PB, 2006-2007) e são estes dados que aqui apresentamos.

Em primeiro lugar, destacam-se as festas religiosas, sendo mais numerosas as dos padroeiros dos municípios e das Igrejas matrizes. Destacamos, nesse grupo, as festas de N. S. da Guia (Lucena), N. S. do Socorro (Santa Rita) e São Gonçalo (Santa Rita) – todas vinculadas a igrejas tombadas pelo IPHAN. Destacam-se, também, pela repercussão junto à sociedade, a procissão marítima de São Pedro, a romaria e N. S. da Penha e a festa de Iemanjá (João Pessoa).

As celebrações profanas demonstram tradições e permanências menos comuns à vida contemporânea, e mais próximas às matrizes indígenas, portuguesas e africanas de nossa cultura. São de especial interesse a Cambinda de Lucena, a Nau Catarineta de Cabedelo, o Cavalo-Marinheiro de Cabedelo e Pilar, as Cirandas de Santa Rita, São Miguel do Taipu e Pilar, o Coco de Roda de Santa Rita e o Bumba-meu-boi de São Miguel do Taipu. Destas celebrações, as mais difundidas são as cirandas – danças de roda com mestre (responsável por tirar as canções), contra-mestre e músicos (que ficam no centro da roda). Os instrumentos mais utilizados são o zabumba, o tarol e ganzá:

“Uma representante deste legado cultural pujante é a cantadora de cocos e cirandas Odete de Pilar, que acompanhada apenas de uma zabumba resgata essa manifestação cultural”

(IPHAN-PB, 2006-2007)

Ainda como celebração, mas com matriz cultural diversa, merecem registro as bandas de música de Sapé: a Banda Santa Cecília (fundada em 1922) e a Banda Municipal de Sapé.

Os fazeres dos bordados, rendas, trançados e cestaria são bastante diversificados, e os mais disseminados – presentes em quase todos os municípios da área de estudo – e assim como as celebrações trazem em si as diferentes matrizes da cultura brasileira.

4. Síntese.

4.1 *Valores identificados*

Sistematizamos os eixos de valoração explorados no item anterior nos cinco valores mais relevantes do Rio Paraíba Açucareiro, acompanhados de sua justificativa:

- i. Representatividade da formação territorial da América Portuguesa;

- > Em virtude da presença histórica e ainda visível de várias paisagens, sítios e edificações que sintetizam os tempos desse processo.
- ii. Representatividade dos espaços da produção açucareira no Brasil;
 - > Em virtude da presença histórica e ainda visível de várias paisagens e sítios que sintetizam os tempos desse processo.
- iii. Representatividade da arquitetura do açúcar no Nordeste do Brasil;
 - > Em virtude da presença histórica e ainda visível de diversas edificações que sintetizam o que foi essa arquitetura, nos séculos XVIII-XX.
- iv. Representatividade da arquitetura religiosa rural no nordeste do Brasil;
 - > Em virtude da presença histórica e ainda visível de diversas edificações que sintetizam o que foi essa arquitetura, nos séculos XVIII-XX.
- v. Representatividade de saberes, expressões e celebrações populares que configuram a diversidade étnica e cultural do nordeste brasileiro;
 - > Em virtude da presença histórica e ainda viva de quantidade e diversidade significativas desses bens.

Todos os valores identificados baseiam-se na *representatividade*, dado que, efetivamente, em nenhum deles se trata de casos únicos. A *excepcionalidade* presente em todos os valores – salvo, talvez, no v – é a de serem *excepcionalmente representativos*. Esses cinco valores sintetizam e justificam a importância do Rio Paraíba Açucareiro enquanto paisagem cultural.

4.2 Integridade e fatores de risco

O Rio Paraíba Açucareiro apresenta uma série de situações de degradação dos conjuntos edificados, já diagnosticada em 2005. Essa avaliação parcial, que não considera a paisagem, nem o patrimônio imaterial, e nem mesmo o setor 4, serve para dar uma idéia de como os conjuntos edificados estão fortemente degradados. As explicações poderiam grosseiramente resumidas na palavra *abandono* – o abandono do “não vale a pena”, por parte dos proprietários individuais, nas várzeas do Taipu e do Una; o abandono do “isso lembra os fazendeiros exploradores”, no caso dos trabalhadores dos assentamentos; e o abandono mais numeroso do “se cair, é mais terra para plantar cana” nas terras dos usineiros.

Neste sentido, os valores iii e iv apontados no item anterior estão severamente ameaçados – e ainda se sustentam apenas em virtude do grande número de edificações existente, que consegue manter, pela soma de diversos exemplares em mau estado, uma representatividade razoável.

Na escala da paisagem, as principais ameaças, todas já em curso, são, em ordem decrescente de gravidade: o desaparecimento dos pequenos aglomerados de casas, o desmatamento das matas

e dos pomares, a ocupação urbana da área rural, a implantação de fazendas de carcinocultura no estuário e a implantação de equipamentos cuja escala rompa com o conjunto.

Apesar de não dispormos de uma avaliação quantitativa da degradação atual da paisagem, entendemos que, em seu estado atual, ela ainda permite uma grande legibilidade da paisagem – o que implica dizer que os valores i e ii estão em situação de relativa segurança, no curto e médio prazos. A situação se deve, como apontado anteriormente, à força que têm o relevo, a hidrografia, a vegetação (nativa e cultivada) e os sítios urbanos na identificação da paisagem – bem como ao fato de que os poucos *monumentos* legalmente protegidos, razoavelmente conservados, suprem um grau mínimo de identificação de arquitetura e povoações²⁴.

Até o momento, iniciativas eficazes de exploração turística inexistem, exceto no caso isolado, e mesmo assim problemático, da cidade de João Pessoa e da praia fluvial do Jacaré, no estuário. Na área rural, os estudos do SEBRAE nesse sentido ainda não chegaram à prática. Num nível mais profundo, há uma ignorância completa da população urbana sobre o valor, e mesmo sobre a existência, enquanto conjunto, da área vinculada à cana de açúcar: de forma geral, a população entende o estuário do rio Paraíba como uma área turística, para a qual se levam os visitantes. Já os setores rurais simplesmente não fazem parte do imaginário coletivo urbano – mesmo no caso dos núcleos menores, implantados junto à várzea. A impressão é que, embora todos os elementos para a percepção dos valores da área estejam presentes e visíveis, eles nem sempre são auto-evidentes, carecendo de quem os aponte, ou melhor, interprete.

Nesse contexto, alguns estudos isolados e a ação de pesquisa sistemática que tem sido desenvolvida pelo Iphan são as iniciativas visíveis de preservação do Rio Paraíba Açucareiro. Até onde temos conhecimento, o órgão estadual de preservação não tem planos nesse sentido.

4.3. Autenticidade

A autenticidade do Rio Paraíba Açucareiro pode ser abordada em três planos, progressivamente complexos.

No primeiro nível, que é o da autenticidade das informações, o presente estudo registra e seleciona suas fontes com confiabilidade suficiente. É oportuno reafirmar que as observações da realidade contemporânea que não apontam suas fontes resultam do extenso trabalho de campo realizado pelo *Pré-inventário dos Engenhos do Rio Paraíba* (CARVALHO, 2005), pelo *Projeto Caminho dos Engenhos/1ª Fase* (IPHAN-PB, 2006-2007) e pelo *Projeto Caminho dos Engenhos/2ª Fase* (IPHAN-PB, 2009). Estas observações de campo encontram-se devidamente registradas e sistematizadas nos conjuntos de fichas formadoras de cada uma destas etapas.

²⁴ Tombamentos federais, tombamentos estaduais...

O segundo nível baseia-se nas considerações da Unesco sobre autenticidade: até que ponto os valores culturais registrados pelas fontes são “verdadeiramente e crivelmente” expressos através de atributos como forma, desenho, material, matéria, uso, função, tradições, técnicas, formas de administração, localização, lugar, língua, outras formas de patrimônio imaterial, espírito, sentimento etc?

Como apontamos, o rio Paraíba Açucareiro permanece pouco “patrimonializado”. Desta forma, seu espaço também permanece, em grande medida, como resultado de um jogo autêntico de forças sociais em que, infelizmente, poucos indivíduos e grupos econômicos têm força bastante maior do que a maioria da população. Assim, por mais que não concordemos nem legitimemos seu atual estado de degradação, não podemos negar que toda essa paisagem resulta de motivações econômicas e sociais autônomas – o que garante sua autenticidade.

No que tange aos numerosos bem tombados inseridos na área de estudo, a situação é um pouco diferente. Por exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia (Pilar), a capela de N. S. das Batalhas (Cruz do Espírito Santo), a Fortaleza de Santa Catarina (Cabedelo) e a Casa da Pólvora (João Pessoa) são reconstruções de monumentos arruinados. Há também casos de reabilitação discutíveis, à luz das concepções contemporâneas de patrimônio, como a fachada da Igreja de Misericórdia (João Pessoa). Contudo, estes bens de autenticidade discutível são uma minoria, ainda restando uma extensa lista de monumentos mais autênticos que participam da coesão de toda a paisagem.

Num terceiro nível do questionamento, podemos indagar por que se entende a paisagem açucareira do século XIX como autêntica (mesmo sendo ela fruto de um processo cultural de destruição/construção), mas não se entendem as tendências da paisagem açucareira contemporânea da mesma forma, apesar de elas também serem fruto de um processo de destruição/construção. Há um juízo de valor por trás desta escolha – e ele não é arbitrário. Enquanto a paisagem açucareira herdada do século XIX guarda em si todos os valores, sobrepostos, que vimos levantando, a paisagem açucareira para a qual caminhamos (sem manchas de árvores, sem casas e sem pessoas) é apenas documento do momento presente, que apaga todos esses registros. Assim, embora socialmente autêntica, lhe imputamos uma valoração negativa.

5. Discussão.

Interessa-nos, antes de tudo, discutir a construção de um olhar sobre a paisagem que foi apresentada. Se certos pontos do método parecem consensuais, ou ao menos consolidados (como a existência de um meio físico como elemento fundante das apropriações culturais), outros nos parecem merecedores de avaliação, a exemplo dos recortes transversais efetuados, que privilegiaram o trânsito de escalas, a permanência e a sobreposição de tempos – ou seja, relações e processos, em detrimento de objetos.

5.1 Ausência do patrimônio imaterial.

O levantamento disponível do patrimônio imaterial do Rio Paraíba Açucareiro, preliminar, deve-se ao Iphan, tendo sido elaborado no âmbito do interesse do conhecimento na região do Rio Paraíba Açucareiro (IPHAN-PB, 2006-2007).

Neste campo, alguns valores já são suficientemente claros – a exemplo da forte relação de determinados trechos da paisagem com escritores paraibanos – especialmente José Lins do Rego, cuja obra é um grande diálogo com a várzea do Taipu. Também é evidente importância das edificações remanescentes como documentos dos ofícios tradicionais relacionados à construção.

Contudo, a maior parte do universo patrimonial imaterial do rio Paraíba Açucareiro ainda precisa de aprofundamento. Mantendo a linha de raciocínio, quem é José Lins do Rego para um morador de São Miguel de Taipu? Quais dos ofícios de construção tradicionais permanecem vivos? Numa escala mais ampla, quais dos tantos saberes, formas de expressão e celebrações identificados efetivamente constituem *referência* para as comunidades em que se inserem? Qual é a relação dessas manifestações culturais com os conhecimentos tradicionais? Quais delas apresentam características de excepcionalidade? Como os grupos moradores do Rio Paraíba Açucareiro vêem a si e ao seu patrimônio? Quais são suas memórias? Como os moradores dos núcleos urbanos adjacentes vêem o Rio Paraíba e o patrimônio vinculado à cana de açúcar? Fica evidente a necessidade de estudos antropológicos extensivos – sendo a metodologia do *Inventário Nacional de Referências Culturais*, do Iphan, um possível caminho para sua execução.

A justificativa para o entendimento do Rio Paraíba Açucareiro enquanto paisagem cultural, mesmo com tanto conhecimento ainda por ser construído, é que os valores já identificados são suficientemente relevantes. A possibilidade – e mesmo necessidade – do aprofundamento da pesquisa tenderá a tornar o objeto cada vez mais complexo e rico.

5.2 Abrangência do reconhecimento.

Restando demonstrada a natureza de paisagem cultural do Rio Paraíba Açucareiro, se coloca a questão de qual deveria ser a abrangência desse reconhecimento. No atual estado de preservação, é evidente sua importância para a Paraíba, bem como sua não-relevância para a Humanidade. Mas e em nível nacional? Os valores identificados em nível territorial seriam suficientes para justificar sua chancela pelo Iphan, mesmo diante da grave degradação das maioria das edificações? O adequado conhecimento das manifestações culturais locais poderia complementar a justificativa?

Partamos do pressuposto de que, diante do projeto nacional de chancela de paisagens culturais, uma ou algumas das paisagens do Nordeste Açucareiro serão reconhecidas. A grande legibilidade e representatividade territorial do Rio Paraíba Açucareiro lhe daria primazia sobre outras áreas

que porventura apresentassem conjuntos edificados mais íntegros, porém numa forma territorial indefinida, e sem toda a “engrenagem” colonizadora visível no Rio Paraíba?

5.3 Epílogo

Retomando os conceitos de paisagem cultural *viva* ou *reliquia* da Unesco, apresentamos uma questão, ao fim dessa exposição.

O Rio Paraíba Açucareiro, em alguns espaços e alguns grupos sociais remanescentes, ainda é paisagem cultural viva – continuidade de uma paisagem que se tem estruturado ao longo dos séculos. A tarefa que se coloca hoje é conseguir mantê-la o maior tempo possível ainda assim, presente, de forma a evitar a ruptura definitiva desses laços, e o lançamento desse universo completo num passado sem presente.

Referências

ALMEIDA, Antonio Augusto de. **Brejo Paraibano**. João Pessoa: SEC, 1994.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966. 2t.

ANDRADE, Gilberto Osório de. **O rio Paraíba do Norte**. João Pessoa: Universitária/ Conselho Estadual de Cultura, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Área do Sistema Canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988.

ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão; VASCONCELOS, Severina Maria Oliveira de. **Mamanguape 150 anos** – uma cidade histórica 1855-2005. João Pessoa: Prefeitura Municipal de Mamanguape/ Unigraf, 2005.

ARAUJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998 (Aquino, 1993: 134).

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

BAHIA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, 1980.

BLUTEAU, Rafael (Pe.). **Diccionario da Língua Portuguesa**, 2 t. Lisboa: Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério do Exército. Departamento de Engenharia e Comunicações. Diretoria de Serviço Geográfico. **Região Nordeste do Brasil**. Brasília: Ministério do Exército, 1986 (a partir de levantamento da SUDENE, de 1970/1971). 4 mapas: color. 1:100.000

CÂMARA, Epaminondas. **Municípios e freguesias da Paraíba**. Campina Grande: Núcleo Cultural Português/ Caravela, 1997.

CARPENTIER, Servaes. **Relatório sobre a Capitania da Paraíba em 1635**, pelo Sr. Dr. Servaes Carpentier, Conselheiro Político e Diretor da mesma Capitania, 1635. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**, v.2. A administração da conquista. Recife: MinC/ 4ª. D.R. IPHAN/ FNPM., 1985, p.41-58.

CARTA do [governador da Paraíba], Fernando Delgado Freire de Castilho, à rainha [D. Maria I]. Paraíba, 09/01/1799. Cota AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473.

CARTA dos oficiais da Câmara da vila do Pilar à rainha [D. Maria I]. Pilar, 1793-jun-8. Cota AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2286.

CARTA dos oficiais da vila de Montemor-o-Novo à rainha [D. Maria I]. Montemor-o-novo, 1792-abr-20. Cota AHU_ACL_CU_014, Cx. 31, D. 2257.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. Capelas rurais da várzea do Paraíba: a construção de séries como metodologia para a história da arquitetura. **Perg@Minho**, João Pessoa, v. 1, n. 0, p. 31-51, 2005b.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. Engenhos do Rio Paraíba: uma arquitetura de sutilezas. In: **II Seminário de História do Açúcar**, 2007, Itu. Trabalho, população e cotidiano. São Paulo : USP, 2007.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Formação territorial da Mata Paraibana, 1755-1808**. Salvador, 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal da Bahia.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. O universo açucareiro do rio Paraíba na cartografia de Georg Marcgraf. In: **Anais do XII Encontro Estadual de História**. Cajazeiras: UFCG/ANPUH-PB, 2006.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Pré-inventário dos engenhos da várzea do rio Paraíba**. João Pessoa, 2005. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia – Universidade Federal da Paraíba. CARVALHO, 2005a)

CATARINO, Acácio José Lopes. Entre a Cruz do Patrão e o Palácio da Liberdade. In: OLIVEIRA, Carla Mary S. & MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **Novos olhares sobre as Capitanias do Norte do Estado do Brasil**. João Pessoa: Universitária, 2007.

CONSULTA da Mesa da Consciência e Ordens ao rei [D. José I]. Lisboa, 17/01/1756. Cota AHU_ACL_CU_014, Cx. 19, D. 1463.

CURY, Isabelle. A paisagem cultural de Paraty. In: TERRA, Carlos Gonçalves; ANDRADE, Rubens Oliveira de. **Coleção Paisagens culturais, v. 3**. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008, p. 52-59.

DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. Brasília: Edições Alva/CIORD, 1997.

EGLER, Cláudio Antonio G. & MOREIRA, Emília de Rodat F. Ocupação territorial. In: PARAÍBA. Secretaria de Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Atlas Geográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Grafset, 1985.

EXAME das Matas desta Comarca feito por ordem do Governador e Capitão-general, D. Thomaz José de Mello, por Antonio Felipe de Andrade Brederode e Antonio Manoel Pratz, 1792. Original, manuscrito, 2fls. Cota IHGB_Lt.48_d.6.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. **Comércio e Subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo histórico regional — 1889/1930**. João Pessoa: Universitária, 1999.

FONSECA, Cláudia Damasceno. As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de Minas Gerais. In: ARAUJO, Renata; CARITA, Hélder e ROSSA, Walter (orgs.). **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português, 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 769-785.

FRANÇA, José-Augusto. **Lisboa Pombalina e o Iluminismo**. Lisboa: Bertrand, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

GNACCARIN, José C. A economia do Açúcar. Processo de trabalho e processo de acumulação. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo III, v. 1. São Paulo: Difel, 4ª ed., 1985.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Paraíba, 1585-1630**. Bauru: Edusc, 2007.

HERCKMANS, Elias. **Descrição geral da capitania da Paraíba, 1639**. In: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**, v.2. A administração da conquista. Recife: MinC/ 4ª. D.R. IPHAN/ FNPM., 1985, p.59-112.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria nº 27**, de 30 de abril de 2009. Disponível em: www.iphan.gov.br Acesso em: 30/05/2009.

IPHAN-PB (Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba). **Paisagem cultural: Rio Paraíba Açucareiro**. João Pessoa, 2009a. Projeto Caminho engenhos (2ª fase), v.11.

IPHAN-PB (Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba). **Engenho Itapuá**. João Pessoa, 2009b. Projeto Caminho engenhos (2ª fase), v.9.

IPHAN-PB (Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba). **Patrimônio de N. S. do Desterro**. João Pessoa, 2009c. Projeto Caminho engenhos (2ª fase), v.7.

IPHAN-PB (Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na Paraíba). **Projeto Caminho dos Engenhos (1ª fase)**. Relatório técnico, João Pessoa, 2006-2007.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília, Thesaurus, 1977.

LEAL, Durval & TAVARES, Lígia. ... **O patrimônio esquecido da várzea**. 1998. 1 álbum: color.; 20cm x 30cm.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, t. I (livro V), t. V (livro III). São Paulo: Loyola, 2004.

LINS (2006, p. 254, 260, 263, 265

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. Recife, 2005. Tese (Doutorado em História do Norte-Nordeste) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

MACHADO, Maximiano Lopes. **Historia da Província da Parahyba**. João Pessoa: Universitária, 1977. 2v.

MAPA geral de todas as vilas e lugares que se tem erigido de 20 de maio de 1759 até o último de agosto de 1763. Recife, 1763. In: **LIVRO de registro composto, principalmente, de cartas, portarias e Mapas versando sobre vários assuntos, relacionados com a administração de Pernambuco e das capitanias anexas**, f. 191. 1 códice com documentação expedida em Recife, c. 1760-1762. Cota BNRJ_I – 12, 3, 35.

MAPA que compreende do cais de Viradouro da Cidade da Paraíba até ... a enseada da Vila de São Miguel da Baía da Traição, [179-]. 1 mapa manuscrito; color. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. Cota 774.35a-c.1179 I.2546.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Studio Nobel, 1991.

MATTOSO, José; CUNHA, Mafalda; ARAUJO, Renata Malcher de (coords.). **Patrimônio de Origem Portuguesa no Mundo**. V.1 - América. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MELLO NETO, Ulysses Pernambucano de & MURARO, Carmen Lucia. Açúcar, trabalho e cotidiano: construção da paisagem e soluções arquitetônicas. **Anais do II Seminário de História do Açúcar**. Itu: USP, 2007.

MELO, Mário. **Regionalização agrária do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1978.

MIRANDA, Nivalson. **Sem título**. 1991. 1 painel em azulejos: color.; 225 x 150 cm. Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar da Paraíba, João Pessoa.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil – o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Universitária, 1997.

MORENO, Andréia. **Sindálcool-PB incentiva manutenção da fauna e da flora**. *Jornal Cana*, out. 2008.

MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI-XVIII**. Porto, 2005. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. Cidade e território no século XVII - uma relação de poder. O caso da Capitania da Paraíba. In: **Anais do XIII Encontro Nacional da Anpur**. Florianópolis: UFSC/ANPUR, 2009.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1771-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

Ofício dos oficiais da Câmara da cidade da Paraíba ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Paraíba, 1766-jul-21. Cota AHU_ACL_CU_014, Cx. 23, D. 1800.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo]. Paraíba, 06/05/1806a. Cota AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273.

OFÍCIO do [governador da Paraíba], Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo]. Paraíba, 05/09/1806b. Cota AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318.

OITO documentos descrevendo lugares, povoações, rios navegáveis e inavegáveis, engenhos, etc, assinados por Domingos Monteiro da Rocha, Manoel Cavalcanti de Albuquerque e Aurélio da Costa Soares. Paraíba, Rio Grande do Norte, 1757. 8f. Original, manuscrito. Cota BNRJ_II – 32, 32, 006

OLIVEIRA, Carla Mary S. **O barroco na Paraíba: arte, religião e conquista**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB/ IESP - Instituto de Educação Superior da Paraíba, 2003.

OLIVEIRA, Elza Regis. **A Paraíba na crise do século XVIII: Subordinação e Autonomia**. João Pessoa: Universitária, 2007.

PARAÍBA. Presidente (1851-1853: Albuquerque). **Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851.** Parahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1851.

PARAÍBA. Presidente (1861-1863: Lima). **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco 'Araujo Lima.** Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862.

PARAÍBA. Secretaria de Educação; UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Atlas Geográfico do Estado da Paraíba.** João Pessoa: Grafset, 1985.

PARAÍBA. Secretaria de Planejamento e Gestão. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. **Atlas do Estado da Paraíba – informação para gestão do patrimônio natural.** João Pessoa, 2003.

PEREIRA, Antonio Garcia Alves. **Plano do Porto da Paraíba,** 1798. 1 mapa manuscrito, color. Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, Lisboa. In: MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e. **De Filipéia à Paraíba.** Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI-XVIII. Porto, 2005. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, v.2, p.37.

PERNAMBUCO. Governador (1774-1787: Meneses). Idéia da População da capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão das suas costas, rios e povoações notaveis, agrcultura, numero dos engenhos, contratos e rendimentos reaes, augmentos que estes têm tido, etc., etc., desde o anno de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitancias o governador e Capitão-General, José César de Meneses. In: JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba.** Brasília: Thesaurus, 1977, p.236-255.

PERRUCCI, Gadiel. **A república das usinas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba.** v.1. João Pessoa: Universitária, 1977.

PRATA, Antonio Manuel. **Exame feito na descobrição das Matas que ficam ao Norte da Ribeira do Paraíba.** Paraíba, 12/01/1792. In: CORRESPONDÊNCIA do Arquivo da Marinha e Ultramar 1757-1792, f.45v-47v. 1 códice. Ms. e impressos. Cota IHGP_Ar2, p1, n.6.

PROTECTING Cultural Landscapes: Planning, Treatment and Management of Historic Landscapes. **Preservation Brief,** 36. Disponível em: <http://www.cr.nps.gov/hps/tps/briefs/brief36.htm> Acesso em: 10/05/2007.

RAMOS, Aduino. **Isto é uma vergonha!!.** João Pessoa, 2005.

RAMOS, Adauto. Maria Menina do Itapuá. João Pessoa, 2003. Separata da **Revista do IPGH**, nº 5.

RAMOS, Adauto e MIRANDA, Nivalson. **Várzea**. 1986/1998. 3 álbuns: p. & b/ color.; várias dimensões.

REGO, José Lins do. **Engenho da Paraíba**, s.d. Recorte do jornal sem referências, encontrado na casa-grande do Engenho Oiteiro (município de São Miguel do Taipu, Paraíba).

REIS, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução Urbana no Brasil (1500 / 1720)**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Corographia da Parahyba do Norte**. 1 volume manuscrito, 1861. Cota BNRJ_04, 3, 023.

SANTANA, Martha M. F. de Carvalho e M. **Nordeste Açúcar e Poder (Um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba) 1920/1962**. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

SILVA, Elisana Amélia Dantas da. **Capela da Graça... Da aldeia ao engenho [...]**. João Pessoa, 2005. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba.

SIMÕES, J. M. dos Santos. **Azulejaria portuguesa no Brasil**, Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

SUMMARIO das armadas que se fizeram, e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba; escripto e feito por mandado do muito reverendo padre em Cristo, o padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, de toda a província do Brasil. 5. ed. Campina Grande: FURNe/ UFPB, 1983.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982/1989. 2v.

TAVARES, João de Lyra. **A Parahyba**. Parahyba, Imprensa Oficial, 1910.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

(UNESCO). Cultural Landscape of Sintra - Advisory Body Evaluation. 1995. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/723.pdf Acesso em: 09/05/2007.

UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation). Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**, 2005. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide05-en.pdf>. Acesso em: 10/05/2007.